

2. Silêncios e sussurros na relação segurança internacional e mulheres – algumas reflexões sobre proteção e poder:

Nesse capítulo, temos por objetivo apresentar a contribuição dos estudos de gênero para os debates contemporâneos de segurança internacional, especialmente problematizando o discurso de ampliação da segurança internacional. Para tal, utilizamos duas imagens construídas a partir dos estudos de gênero sobre segurança internacional: o mito da proteção e o mito do poder. A primeira imagem assume a divisão dos sujeitos sociais em dois grupos interdependentes: protetores e protegidos. A relação entre essas duas categorias de atores sociais legitima o uso da violência por uns (protetores) em nome de outros (protegidos). A segunda imagem discute a construção do poder político a partir de uma concepção específica de masculinidade, definida em termos materiais (capacidades militares) e cognitivos (racionalidade instrumental). Nosso argumento é que essas imagens moldam concepções e práticas de segurança, que historicamente têm invisibilizado as mulheres, como vítimas da violência política e como agentes de segurança internacional. Exploramos as possibilidades de inclusão dos estudos de gênero na segurança internacional geradas a partir dos debates do pós Guerra Fria. Dialogamos especialmente com os estudos críticos em segurança internacional, questionando (a partir do lugar das mulheres) as possibilidades de transformação da cultura da violência pela ampliação da segurança internacional.

2.1. O contexto de segurança da Guerra Fria – uma “realidade” sem as mulheres:

No início dos anos 1990, estudiosos de segurança internacional propõem um debate sobre o futuro da disciplina⁸. De acordo com Lynn-Jones, o campo de segurança internacional se consolida a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1991, p.5). Estudos sobre guerra e violência integram em importante medida a história do pensamento ocidental. Ou seja, idéias sobre a

⁸ Por exemplo: Barry Buzan, em **People, States and Fear: An agenda for international security studies in the Post-Cold War Era** (1991); Helga Haftendorn, em “The Security Puzzle: Theory-Building and Discipline-Building in International Security” (1991); Ken Booth, em “Cold Wars of the mind” (1998) e Cynthia Enloe, em **Sexual Politics at the End of the Cold War: The Morning After** (1993).

natureza da violência, suas causas e a capacidade humana para controlá-la são constitutivas da política moderna⁹. Entretanto, a memória das guerras mundiais faz com que o escopo dos analistas de questões de guerra e paz se amplie para além dos filósofos políticos, diplomatas e dos estrategistas militares, incorporando contribuições multidisciplinares (Lynn-Jones, 1991; Tickner, 1992). De acordo com Tickner, citando E. H. Carr, esse movimento de “democratização da teoria e da prática de relações internacionais” se inicia no final da Primeira Guerra Mundial com o comprometimento com a prevenção da guerra, em especial na ênfase dada ao direito internacional e à segurança coletiva como mecanismos de paz (1992, p.9). A partir da Segunda Guerra Mundial (lida como um efeito da ineficiência dos mecanismos de segurança coletiva), um novo ciclo de estudos¹⁰ multidisciplinares sobre as relações internacionais ganha força¹¹. Esses estudos são motivados pela necessidade de explicar as causas da guerra e de propor mecanismos de manutenção da segurança nacional a partir de uma perspectiva histórica.

Apesar de suas singularidades, os estudos realistas¹² partilham a premissa de que a guerra, objeto central das relações internacionais, é um fenômeno independente, que pode ser explicado e previsto pela observação imparcial e racional da realidade histórica (Sylvester, 1994, p.7). A partir dessa observação, esses autores definem algumas premissas que delimitam as fronteiras do pensamento internacional: Estado soberano, anarquia e poder (Tickner, 1992, p.29; Griffiths, 2004, p.11). Na visão realista, as relações internacionais são definidas como o cenário de atuação de Estados soberanos em busca de proteção no contexto em que não podem contar com ninguém além

⁹ Aqui, nos referimos às reflexões de filósofos como Maquiavel (**O Príncipe**), Hobbes, (**Leviatã**), Grotius (**Das Leis de Guerra e Paz**), Kant (“A Paz Perpétua”) e Clausewitz (**Da Guerra**).

¹⁰ Por exemplo, Raymond Aron, em **Peace and War: A Theory of International Relations**; Edward H. Carr, em **The Twenty Years Crisis, 1919-1939: An Introduction to the Study of International Relations**; Hans Morgenthau, em **Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace**.

¹¹ O paradigma da “segurança nacional”, na visão de Haftendorn, tem sua origem no surgimento do Estado-Nação na Europa do século XVII (1991, p.3-4). A base do conceito de “segurança nacional” é a tradição hobbesiana de segurança, definida a partir do objetivo de sobrevivência do Estado (Haftendorn, 1991, p.8).

¹² De acordo com Donnelly, o realismo não é uma teoria, mas sim uma tradição constituída por diversos trabalhos sobre as relações internacionais ao longo da história (2000, p.6).

de si mesmos¹³. A anarquia, ausência de um governo internacional, define as relações internacionais a partir do poder, definido em termos materiais e estratégicos¹⁴. O mundo é retratado como um lugar perigoso, que pressupõe a competição por poder como única estratégia de auto-preservação (Tickner, 1992, p.11). Da premissa de que o impulso de dominação do outro é uma característica inerente ao Estado-Nação, decorre a associação entre violência e poder. Ou seja, a idéia de que a segurança significa o uso racional da força:

Nothing, in my opinion, could be theoretically more dangerous than the tradition of organic thought in political matters by which power and violence are interpreted in biological terms (...) Moreover, so long as we talk in non political, biological terms, the glorifiers of violence can appeal to the undeniable fact that in the household of nature destruction and creation are but two sides of the natural process, so that collective violent actions, quite apart from its inherent attraction, may appear as natural as a prerequisite for the collective life of mankind as the struggle for survival and violent death for continuing life in the animal kingdom (Arendt, 1970, p.75).

A associação entre violência/política internacional e o contexto da Guerra Fria são mutuamente constitutivos. De acordo com Booth, o confronto político entre EUA e URSS é resultado dos interesses, ambições e medos do imediato pós Segunda Guerra Mundial (1998, p.33). Todavia, a constituição do espaço internacional pela ameaça de guerra nuclear é um processo discursivo. “But the Cold War of the mind turned this confrontation into a morality play. A ‘just deterrent’ was created by those who believed in the morality and rationality of trying to save themselves by threatening to destroy the whole of civilization” (Booth, 1998, p.33). Ou seja, não é a anarquia internacional que determina o comportamento hostil e violento das potências durante a Guerra Fria. O que de fato constitui a dissuasão nuclear são as idéias sobre a natureza das relações internacionais (Wendt, 1992, p.618). Os debates acadêmicos sobre

¹³ “Dilema de Segurança”, descrito por John Herz, em “Idealist Internationalism and the Security Dilemma”. “The struggle for security, then, is merely raised from individual or lower-group level to higher-group level. Thus, families and tribes may overcome the power game in their internal relations in order to face other families or tribes; larger groups may overcome it to face other classes unitedly; entire nations may compose their internal conflicts in order to face other nations. But ultimately, somewhat conflicts caused by the security dilemma are bound to emerge among political units of power” (Herz, 1950, p.157-158).

¹⁴ “In anarchy there is no automatic harmony. The three preceding statements reflect this fact. A state will use force to attain its goals if, after assessing the prospects for success, it values those goals more than it values the pleasures of peace. Because each state is the final judge of its own cause, any state may at any time use force to implement its policies. Because any state may at any time use force, all states must constantly be ready either to counter force with force or to pay the cost of weakness. The requirements of state action are, in this view, imposed by the circumstances in which all states exist” (Waltz, 1959, p.160).

a utilidade estratégica das armas de destruição em massa na manutenção da ordem da Guerra Fria proliferam juntamente com a tecnologia nuclear. O período compreendido entre o final da Segunda Guerra e o início da década de 1960 representa o auge dos estudos de segurança internacional, centrados no desenvolvimento da lógica de dissuasão militar (Walt, 1991; Lynn-Jones, 1991). A crise dos mísseis de Cuba e a guerra do Vietnã diminuem o protagonismo do realismo na segurança internacional na década de 1960 e no início dos anos 1970. A “realidade” descrita pelos estudiosos de segurança internacional se mostra mais complexa do que prevêem os realistas. Nesse contexto, outras perspectivas sobre a segurança internacional ecoam na disciplina, ainda que marginalmente.

John Burton¹⁵ questiona a distinção entre os espaços doméstico e internacional, propondo abrir a “caixa preta” do Estado. Para ele, o internacional e o doméstico se constituem como sistemas sociais, que se influenciam mutuamente (Burton, 1968, p.35). Se as questões de política internacional interagem com as questões domésticas, o estudo de política internacional deve contemplar contribuições de outras disciplinas das ciências sociais. Nos seus trabalhos mais tardios, Burton associa a não violência à satisfação das necessidades humanas (Griffiths, 2004, p.167). Seu modelo de resolução e prevenção de conflitos é inspirador do conceito de segurança humana que ganha visibilidade na década de 1990.

Johan Galtung é outra voz crítica do realismo que surge na década de 1960. Em seu artigo “Violence, Peace, and Peace Research”, de 1969, o autor define dois modelos de paz: negativa e positiva. A primeira diz respeito à ausência de violência direta (agressão pelo uso da força). A segunda se refere à realização humana, entendida em termos estruturais. Seu modelo também questiona a distinção entre internacional e doméstico, reconhecendo que a mesma lógica de poder opera nas relações entre Estados e entre indivíduos dentro dos Estados¹⁶. Ambos os autores problematizam as premissas realistas de segurança, mas não são reconhecidos como contribuições relevantes para entender o contexto da Guerra Fria (Booth, 2005, p.3). “During the Cold War

¹⁵ Em **World Society**, 1972; **International relations: a general theory**, 1965; **Systems, States, diplomacy, and rules**, 1968.

¹⁶ Em, “A structural theory of imperialism”, de 1971.

peace studies were essentially marginalized by the policymaking community – particularly by government officials and defense consultants in the United States – as either naive or irrelevant” (Lynn-Jones, 1991, p.3).

Em resposta aos desafios teóricos e empíricos dos anos 1960, no final da década de 1970, os estudos de segurança internacional tomam um caráter mais “científico” (análogos à micro-economia e às ciências naturais) e menos histórico (Sylvester, 1994, p 106). Esse processo não questiona as premissas do realismo clássico (centralidade do Estado, anarquia e balança de poder), mas as reforça. O processo de “cientificização” da disciplina de relações internacionais não problematiza o cenário realista, mas o cristaliza através de um método assumido como objetivo e neutro. O neo-realismo de Kenneth Waltz¹⁷ representa esse movimento. No modelo de Waltz, as unidades que operam no sistema internacional (Estados) são destituídas de agência sobre a política internacional. Para Waltz, a anarquia é o princípio regulador do sistema internacional. Esse traço distingue o funcionamento das relações internacionais das dinâmicas políticas nacionais. Para Waltz, no contexto anárquico, os Estados não podem se comportar de outra forma (a partir de uma lógica custo/benefício, derivada da racionalidade instrumental) senão a partir da maximização de recursos de poder, definidos em termos exclusivamente materiais (Tickner, 1992, p.11). Um ponto central do trabalho de Waltz (1979) é o privilégio do nível de análise do sistema internacional (estrutura anárquica) sobre os demais níveis de estudo da política internacional.

No movimento inverso ao de Galtung e Burton, Waltz (1979) reforça a fronteira entre os assuntos internacionais e os domésticos. O autor afirma ainda uma hierarquia entre os níveis de análise, tomando a estrutura do sistema internacional como determinante do comportamento dos Estados (Waltz, 1979, p.114). Nesse contexto, estão fora das fronteiras das relações internacionais não apenas os assuntos entendidos como domésticos, mas a política dos Estados que não são grandes poderes. Esse ponto, para nós, é fundamental para entender uma dupla invisibilidade na segurança internacional: dos estudos de gênero e da política colombiana. Defendemos aqui que a violência contra as mulheres e o conflito armado colombiano sempre constituíram elementos fundamentais de

¹⁷ Em **Theory of International Politics**, de 1979.

compreensão das relações internacionais. Todavia, as ferramentas de conhecimento privilegiadas pelos neo-realistas e analistas de segurança internacional durante a Guerra Fria não permitem que tais assuntos sejam estudados. As fronteiras neo-realistas são discursos de poder que reduzem as relações internacionais a uma única dimensão política (a guerra entre potências no contexto de anarquia). O pensamento, centrado na explicação racional do comportamento dos Estados no nível de análise do sistema internacional, desloca as análises de gênero e do conflito armado colombiano para o plano doméstico (Tickner, 2001, p.28). No modelo neo-realista, o poder de excluir advém da própria concepção de poder.

Em um momento de incertezas sobre a racionalidade da Guerra Fria, o modelo de Waltz se afirma como resposta ao dilema de segurança entre as potências. A balança de poder é determinada pela anarquia, sendo independente dos interesses do Estado e da personalidade dos tomadores de decisão. A segurança internacional se dá no equilíbrio gerado pela força. “To interdict the use of force by threat of force, to oppose force with force, to influence the policies of states by the threat or use of forces. These have been and continue to be the most important means of control, in security matters” (Waltz, 1979, p. 209). Assim, a idéia de poder defendida por Waltz reforça a perigosa associação entre poder e violência, destacada por Arendt (1970). Em Waltz (1979), o papel do poder é ambíguo. Ao mesmo tempo em que constrange o uso da violência extrema entre os grandes poderes, esse poder reforça o inevitável uso da violência nas relações internacionais. O trabalho de Waltz, que exalta a importância da dimensão militar, impulsiona uma nova onda de estudos de segurança internacional na década de 1980. Esses estudos continuam a marginalizar o que ocorre em espaços considerados não relevantes na estrutura de distribuição do poder internacional:

Certain scholars have drawn attention to the fact that more than one hundred significant wars have occurred since 1945, almost all of them in the South. One irony of the relative stability of the Cold War world, applauded by realists, was that military conflict was removed to the peripheries of the system; in other words, the quest for systemic security may actually have increased Southern insecurity. These types of conflicts are less amenable to traditional realist analysis. Military conflicts in the South have rarely been cross-border; rather, they are the result of domestic challenges to the legitimacy of political regimes frequently supported by outside intervention. Security threats more often arise, not from outside aggression, but from the failure to integrate diverse social groups into the political process (...). The

arming of the South with advanced weapons, usually provided by the great powers and used primarily for internal security purposes, reinforces the claim that, in some parts of the world, it is militarization itself that is becoming the greatest threat to security (Tickner, 2001, p.42).

J. Ann Tickner chama atenção acima para o fato de que o discurso de dissuasão entre as duas potências invisibiliza o momento de grande insegurança que constitui a Guerra Fria (Acharya, 1997, p.301). Não apenas as chamadas “guerras civis” proliferam durante a Guerra Fria em áreas tomadas como irrelevantes, mas tais conflitos armados são sustentados ideológica e materialmente pelos visíveis atores de segurança internacional (Acharya, 1997, p.306). Ou seja, não se trata de duas “realidades” diferentes e independentes confrontadas pelos estudiosos de segurança internacional, mas de idéias e práticas mutuamente constitutivas. O não confronto bélico nos territórios das duas potências se apresenta como “realidade” porque a realização da alta militarização do período se dá em territórios tidos como menos relevantes (Ayoob, 1995, p.7). A dissuasão entre as duas grandes potências e a realização da violência em espaços como a Colômbia constituem duas dimensões de um mesmo fenômeno. Ler a violência na América Latina e em outros espaços periféricos como problemas domésticos, sem relação com os discursos e práticas de segurança internacional durante a Guerra Fria, serve para manter o controle sobre territórios, físico e simbólico, em que se realizam a militarização internacional (Enloe, 1993, p.37).

Systemic security has therefore had an inverse relationship with the security of Third World regions and has often contributed to insecurity in the developing world. It has done so by turning the Third World into a relatively low-cost, low-stakes arena in which rivalries of the major powers could be played out without affecting those powers’ vital interests or posing the threat of general war in the nuclear age (Ayoob, 1995, p.7).

2.2. O contexto de segurança pós Guerra Fria – a ampliação do conceito de segurança internacional:

2.2.1. A segurança dos subalternos – o Terceiro Mundo no mapa da segurança internacional:

O final da Guerra Fria, nesse contexto, abre a possibilidade para questionar a estabilidade do período, deslocando o foco para questões e espaços até então marginalizados nos estudos de segurança internacional. Um dos silêncios dos estudos de segurança durante a Guerra Fria diz respeito ao

contexto de violência do chamado Terceiro Mundo. Mohammed Ayoob¹⁸ questiona o etnocentrismo da disciplina de segurança internacional, destacando a invisibilidade da insegurança no Terceiro Mundo durante a Guerra Fria (1995, p.5). Ayoob ratifica as fronteiras da segurança internacional, definindo o Estado como sujeito e o poder como princípio regulador da segurança. Assim, ele rejeita a ampliação da agenda de segurança internacional para questões que não constituem ameaças diretas à sobrevivência das fronteiras e ao fortalecimento institucional dos Estados soberanos (Ayoob, 1995, p.9). Isso se justifica, na sua visão, pela necessidade de manter a “utilidade analítica” da disciplina (Ayoob, 1995, p.9). Ou seja, assumindo as premissas realistas como fundamentos da segurança, o autor propõe questionar a ênfase dos estudos de segurança no nível do sistema internacional. De acordo com o autor, o nível do Estado é fundamental para entender as dinâmicas de segurança no Terceiro Mundo¹⁹ (Ayoob, 1995, p.8). Isso não significa desconsiderar o nível sistêmico, mas estabelecer relações entre os dois níveis. “In other words, security-insecurity is defined in relation to vulnerabilities – both internal and external – that threaten or have the potential to bring down or weaken state structures, both territorial and institutional, and governing regimes” (Ayoob, 1995, p.9).

Esse movimento de visibilização do contexto de segurança de áreas periféricas é um dos principais movimentos de redefinição dos estudos de segurança no pós Guerra Fria. A visibilidade da violência política no Terceiro Mundo desafia a imagem realista do Estado como provedor de segurança (Acharya, 1997, p.303). Ou seja, permite que questões até então assumidas como problemas internos alcancem serem tomadas como assuntos de segurança internacional. “The vulnerability of Third World States to resource, ecological, and other transnational threats was compounded by their lack of material, human, and institutional capacity to deal with these problems” (Acharya, 1997, p.304). A partir do reconhecimento da especificidade do Terceiro Mundo, alguns autores explicam a segurança internacional a partir de novos termos.

¹⁸ Em “**Third World Security Predicament**: State Making, Regional Conflict, and the International System”.

¹⁹ Aqui usamos o termo Terceiro Mundo, periferia e Estados em desenvolvimento como sinônimos para designar um conjunto diverso de Estados que não alcançam se fazer visíveis nas relações internacionais durante a Guerra Fria por sua posição marginal na estrutura internacional, nos termos realistas.

Holsti (1996) destaca as “guerras de terceiro tipo” que constituem as ameaças à segurança dos Estados pós-coloniais. Segundo ele, a anarquia dentro dos Estados, mas do que fora deles, é o que explica as guerras surgidas no pós Segunda Guerra Mundial (Holsti, 1996, p.82). O que está em jogo na segurança internacional é a força política do Estado, definida assim pelo autor:

“The capacity of the state to command loyalty – the right to rule – to extract the resources necessary to rule and provide services, to maintain that essential element of sovereignty, a monopoly over the legitimate use of force within defined territorial limits, and to operate within the context of a consensus-based political community” (Holsti, 1996, p.82-83).

Uma outra definição dos problemas de segurança no pós Guerra Fria, deslocados para a periferia, é dada por Mary Kaldor (1999). Ela define as “novas guerras” como os desafios de segurança internacional no pós Guerra Fria. Para ela, essas guerras são resultado do contexto de globalização política. A relação entre globalização e novas ameaças à segurança internacional se estabelece pela reformulação das relações políticas e econômicas que sustentam o Estado-Nação. “The point is rather that the processes known as globalization are breaking up the cultural and socio-economic divisions that defined the patterns of politics which characterized the modern period” (Kaldor, 1999, p.70). Na visão da autora, as “novas guerras” refletem a mudança da política internacional. No contexto pós Guerra Fria, as fronteiras da política moderna estão diluídas pela emergência de uma política de identidade (Kaldor, 1999, p.77). Essa política não mais identifica a guerra com o objetivo primário de defesa do Estado contra uma ameaça externa. A distinção entre interno e externo perde sentido, na medida em que a guerra deixa de ser controlada pelo aparato militar do Estado-Nação. Nesse sentido, as fronteiras entre o crime organizado e o conflito político perdem relevância. Esse processo é global. Todavia, a realização da violência ocorre prioritariamente em contextos de desigualdade política e econômica, em que a percepção de insegurança legitima o conflito entre grupos sociais diferentes.

Former administrative or intellectual elites ally with a motley collection of adventures on the margins of society to mobilize the excluded and abandoned, alienated and insecure for the purposes of capturing and sustaining power. The greater the sense of insecurity, the greater the polarization of society, the less is the space for alternative integrative political values. In conditions of war, such alliances are cemented by shared complicity in war crimes and a mutual dependence on the continued functioning of the war (Kaldor, 1999, p.84).

Essas propostas de ampliação do escopo geográfico da segurança internacional compartilham uma leitura das áreas periféricas como vulneráveis. Relacionam insegurança e fragilidade do Estado. Dessa forma, não problematizam o ideal de proteção dos indivíduos pelo Estado. O mérito dessas perspectivas está em tornar visíveis tipos de violência não contemplados pelas análises centradas na dinâmica de segurança entre grandes poderes. Ou seja, mostram o caráter relacional entre a segurança no centro e a segurança na periferia. “The construction of international order, including its norms, principles, and institutions, cannot solely depend on global frameworks devised by great powers” (Acharya, 1997, p.318). Todavia, esses esforços continuam a definir a segurança internacional como o espaço de atuação dos Estados na realização do poder, definido em termos econômicos e militares. Não surpreende, assim, que as mulheres permaneçam invisíveis nesse contexto de segurança ampliado. Para além da hierarquia entre centro e periferia do sistema internacional, há outros discursos de poder que definem as relações internacionais. Um desses discursos diz respeito à própria forma de conhecer na disciplina:

The challenges to the conventional understanding of security and the object to be secured also necessitate an epistemological shift in the way security is to be understood and studied. What is involved is a shift in focus from abstract individualism and contractual sovereignty to a stress in culture, civilization, and identity; the role of ideas, norms, and values in the constitution of that which is to be secured; and the historical context within which this process takes place. Epistemologically, this involves moving away from the objectivist, rationalist approach of both neorealism and neoliberalism, and toward more interpretive modes of analysis (Krause & Williams, 1997, p.49).

2.2.2. A segurança internacional como um discurso de poder – a contribuição dos estudos críticos:

A abertura do campo de relações internacionais para os estudos de gênero coincide, não acidentalmente, com os debates epistemológicos dentro da disciplina²⁰. Ou seja, o processo de questionamento da racionalidade objetiva na

²⁰ Como afirma Ken Booth (2005), foram produzidos importantes trabalhos que contestavam as leituras realistas da Guerra Fria. Todavia, esses trabalhos não alcançavam dialogar com as leituras dominantes sobre segurança internacional. Trabalhos como os de Galtung e Burton eram lidos não como estudos em segurança internacional, mas como um programa de pesquisa para a paz, classificado como pouco científico, politicamente parcial e ingênuo (Lynn-Jones, 1991, p.3). Ou seja, a agenda da Guerra Fria é também a forma como se conhece politicamente no período. A centralidade da disputa militar entre URSS e EUA reflete as questões colocadas pelos estudos estratégicos. Daí porque os debates epistemológicos na disciplina são

construção de conhecimento sobre as relações internacionais abre espaço para que as idéias de gênero e demais perspectivas críticas dos estudos tradicionais em segurança internacional ecoem na área (Sylvester, 1994, p.149). O principal mérito dos estudos pós-positivistas na segurança internacional é chamar atenção para a intencionalidade da comunidade discursiva que integra a disciplina. Ou seja, os acadêmicos não são instrumentos neutros de produção de conhecimento, mas agentes políticos que filtram o que se percebe como realidade (Peterson & Runyan, 1999, p. 2). Nesse sentido, o lugar de onde se fala sobre segurança é fundamental para a definição do que é relevante para entender as dinâmicas políticas internacionais.

A ampliação dos assuntos de segurança internacional é um dos temas tratados pela Escola de Copenhague. Embora os autores que constituam esse caminho possuam premissas teóricas diferentes, o mérito do trabalho do grupo está na tentativa de construção de uma via média entre os estudos positivistas e pós-positivistas em segurança internacional. Ou seja, significa um movimento de ruptura com a polarização que caracteriza os debates dentro da disciplina. Barry Buzan, desde seus trabalhos na década de 1980²¹, vinha se preocupando com a ampliação do conceito de segurança internacional para além da dimensão militar, incorporando novos setores estratégicos como o político, o ambiental, o econômico e o societal (Smith, 2005, p.32). Ele também amplia os níveis de análise da segurança internacional de modo a reincorporar os níveis subestatal e estatal, negligenciados nos estudos de segurança desde o privilégio do sistêmico no modelo de Kenneth Waltz (1979). O fim da Guerra Fria e a “nova” realidade internacional abre espaço para que o programa de pesquisa ampliado de Barry Buzan ganhe força nos estudos de segurança internacional. Todavia, suas amarras positivistas, seu estadocentrismo e seu comprometimento com uma realidade objetiva, ainda que ampliada, limitam sua capacidade de compreensão das dimensões não materiais da segurança internacional.

Nesse contexto, o encontro com Ole Wæver é um movimento muito importante para o trabalho de Barry Buzan. A contribuição de Wæver para a compreensão da segurança internacional é a definição da segurança como um

fundamentais para a consolidação de um grupo crítico das leituras dominantes sobre segurança internacional.

²¹ Em *People, States and Fear*, de 1983, especialmente.

ato discursivo e, portanto, dinâmico pelo qual os sujeitos de segurança (para ele principalmente o Estado, mas não apenas) constroem ameaças, desenham políticas e justificam ações e omissões. Essa idéia está sintetizada nos seus conceitos de securitização e dessecuritização (ainda que essa dimensão tenha sido negligenciada nos trabalhos dos dois), que denotam uma leitura da segurança internacional como um espaço dinâmico, moldado por relações de poder (medido materialmente e expressado discursivamente). A perspectiva de Buzan e Wæver, juntamente com Jaap de Wilde, sobre a segurança internacional no pós Guerra Fria é apresentada em *Security: A new Framework for Analysis*, de 1998.

We try to reinsert continuity (and in other contexts even structures) within constructivism; therefore, we do not want a security theory that can only tell how everything could be different. We also want to understand why actors operate the way they do, both now and very likely also tomorrow. Transformation is one but not the most reasonable strategy for improving security; in many cases, as analyst one can help more by grasping the patterns of action among unity as the are and thereby help to avoid escalations, to steer vicious circles toward managed security complexes and eventually security communities (Buzan et al., 1998, p.205-206).

Em *Regions and Powers: The Structure of International Security*, de 2003, Buzan e Wæver, a partir de uma perspectiva estruturalista²², identificam uma mudança na ordem internacional, que passa a ser composta por um super poder (EUA) e quatro grandes poderes (União Européia, Japão, China e Rússia). Tal estrutura favorece o fortalecimento dos complexos regionais de segurança²³, dentre os quais a América do Sul. O mérito dessa análise está principalmente na descrição do dinamismo da agenda de segurança internacional. Ainda que predominantemente concentrados no aspecto material da segurança internacional, os autores demonstram com consistência a construção social das ameaças internacionais. Entretanto, para Buzan e Wæver, somente o Estado, a partir da agenda do super poder, tem autoridade e capacidade (militar e econômica) para securitizar. Nessa leitura, a segurança em regiões periféricas,

²² Que eles explicitamente distinguem do neo-realismo e do globalismo (Buzan & Wæver, 2003, p.6-7). Em contrapartida, eles defendem a adoção de uma perspectiva regionalista de segurança internacional.

²³ Estrutura em que o poder é difuso, mas não balanceado. Existe um único estado que reúne capacidades militares e econômicas para influenciar todo o globo, securitando ou dessecuritizando questões de impacto global. Entretanto, tal super poder é confrontado por outros Estados, que embora não tenham capacidades militares e econômicas para equilibrar o super poder em todas as áreas, exercem impactos globais em setores específicos.

como na América do Sul, é essencialmente e inevitavelmente lida como dependente do interesse norte-americano, bem como da sua agenda de segurança global. Dessa forma, os autores acabam por reforçar o papel de submissão da segurança internacional às políticas norte-americanas, apenas dando visibilidade às ameaças que foram securitizadas pelos EUA. A nosso ver, essa leitura de Buzan e Wæver sobre a segurança deriva principalmente da sua concepção de poder. A segurança, para os autores, é um ato discursivo, mas não inclusivo. O que se define por segurança internacional está condicionado e limitado pelas condições materiais de poder, ou seja, pela posição militar e econômica dos Estados na estrutura internacional. Atores (dentre os quais as organizações que estudaremos nesse trabalho), que questionam a segurança a partir de outros recursos de poder que não aqueles associados ao Estado, não são relevantes e nem merecem ser estudados. Nesse sentido, Buzan e Wæver reeditam de forma mais sofisticada a lógica de segurança da Guerra Fria, centrada nos interesses dos grandes poderes militares e econômicos e explicada por observadores de uma realidade ampliada, mas ainda constituída por muitos silêncios.

Uma tentativa de superação desses silêncios da segurança internacional ocorre com o que se conhece por estudos críticos²⁴. Embora o que se entenda por estudos críticos de segurança compreenda diversas perspectivas²⁵ e conceitos contestados, três termos são fundamentais no debate crítico de segurança: ampliação, aprofundamento e emancipação²⁶. Assim, os estudos

²⁴ Definidos assim por Ken Booth: "Critical security studies is an issue area study, developed within the academic discipline of international politics, concerned with the pursuit of critical knowledge about security in world politics. Security is conceived comprehensively, embracing theories and practices at multiple levels of society, from the individual to the whole human species. 'Critical implies a perspective that seeks to stand prevailing structures, processes, ideologies and orthodoxies while recognizing that all conceptualizations of security derive from particular political/theoretical positions: critical perspectives do not make a claim to objective truth but rather seek to provide deeper understandings of prevailing attitudes and behavior with a view of developing more promising ideas by which to overcome structural and contingent human wrongs'" (Booth, 2005, p.15/16).

²⁵ Engloba críticas realizadas a partir de diferentes matrizes (gramsciana, Escola de Frankfurt, pós-modernismo, feminismo, direitos humanos). Em comum, "a shared dissatisfaction with orthodox security studies, and a disillusionment with the agenda of mainstream security studies after the end of the Cold War" (Smith, 2005, p.41).

²⁶ De acordo com Ken Booth, esse movimento crítico da segurança internacional não ocorre por causa do final da Guerra Fria (1997, p.87). Ele é resultado do esforço crítico de teóricos que não se conformavam com o retrato reducionista das perspectivas dominantes sobre segurança internacional durante a Guerra Fria. O que de fato aumenta no pós Guerra Fria é a visibilidade

críticos se oferecem como uma possibilidade de compreensão de contextos de violência política generalizada que não podem ser lidos como uma guerra convencional entre dois Estados soberanos. Por outro lado, os teóricos críticos de segurança pretendem ir além da ampliação do escopo de compreensão da segurança internacional (Tickner, 2001, p.46). Isso significa questionar os fundamentos de constituição da própria disciplina de segurança internacional, bem como revelar dimensões até então ocultas pelos discursos de neutralidade e objetividade. Todavia, para a maioria dos teóricos críticos de segurança (entre os quais não se incluem os pós-modernos, os pós-estruturalistas e algumas feministas) ampliar e aprofundar não são movimentos independentes do desejo de emancipar (Booth, 1997, p.110). Nesse sentido, para os estudos críticos, pensar a segurança faz sentido como uma contribuição para a superação das estruturas de opressão e dominação pelas quais se reproduzem desigualdades e violências em diferentes espaços do mundo. Ou seja, para os teóricos críticos, estudar segurança é um lugar no mundo de onde se articulam vozes que pretendem construir uma nova dinâmica social, em que estejam verdadeiramente incluídos todos os indivíduos, comunidades e sociedades. Não há como separar a posição do pesquisador das inseguranças concretas vivenciadas por diferentes indivíduos e grupos (Booth, 2005, p.274).

A proposta dos estudos críticos, dessa forma, tem um potencial contestador e transformador ausente nas demais perspectivas de segurança internacional. Significa um espaço aberto a perspectivas e sujeitos até então marginalizados e ignorados na segurança internacional. Esse movimento de problematizar a construção da identidade dos sujeitos de segurança internacional permite que a disciplina exista e pense para além do Estado e sua burocracia (Krause & Williams, 1997, p.45). O reconhecimento de que o ideal do Estado protetor, capaz de manter a ordem e a coesão social através do monopólio do uso legítimo da força, não se realiza em muitos espaços sociais conduz a um olhar multidimensional, que incorpora novos atores e agendas ao estudo e às práticas de segurança internacional (Tickner, 2001, p.62). Se o Estado é uma fonte de violência e desordem em muitos espaços, como na Colômbia, não faz sentido tê-lo como referencial exclusivo e absoluto de

desses trabalhos críticos que respondem às limitações das premissas realistas para explicar o contexto internacional sem o confronto ideológico entre as potências (Tickner, 2001, p.40).

segurança. Portanto, é necessário incluir e dar poder a outros sujeitos, que vivenciam cotidianamente contextos de insegurança individual e coletiva, ignorados ou criados pelo Estado. Assim, um dos principais movimentos das teorias críticas é deslocar o foco das análises do Estado para o indivíduo e para organizações sociais que contestam localmente e globalmente as relações de poder geradoras da violência (Krause & Williams, 1997, p.45). Nesse contexto, a inclusão das experiências de sujeitos marginalizados deve ser um compromisso dos teóricos críticos de segurança. Na visão de Ken Booth, a segurança é produzida a partir da emancipação²⁷ e não através da ordem e do poder (Booth, 1991, p. 319).

A idéia de emancipação, presente nos estudos críticos de segurança internacional, é recuperada, principalmente, dos trabalhos da Escola de Frankfurt²⁸ (Alker, 2005, p.190). Para os estudos críticos, a segurança implica na emancipação de cada indivíduo, mas também de comunidades políticas, com necessidades específicas, nem sempre incorporadas ao Estado. Dessa forma, a presunção de que o Estado representa e protege todos os seus nacionais indistintamente é um mito que sustenta a reprodução de diversas formas de violência. O Estado é uma comunidade política específica, construída a partir das idéias, das práticas e dos interesses de alguns que exercem o poder em nome de todos (Walker, 1997, p. 73). Portanto, é legítimo que as sociedades se organizem em comunidades políticas distintas do Estado-Nação e busquem reconhecimento e proteção por aquilo que definem como suas necessidades. O foco dos estudos de segurança, nesse contexto, deve ser menos a proteção dos interesses nacionais e mais a garantia da segurança de todo e cada grupo em diferentes espaços (local, nacional, regional, global). De acordo com Linklater (2005), esse é o significado de uma perspectiva centrada na pessoa humana. Não se trata, assim, de negar a relevância da segurança nacional, mas de condicioná-la ao propósito de manter a segurança de todos os grupos sociais que

²⁷ Entendida como o processo dinâmico e contestado de busca de mecanismos mais justos e menos violentos de relação entre seres humanos, alcançado pelo constante questionamento das estruturas de poder e pela criação de oportunidades para a expressão da potencialidade humana nas suas diversas manifestações (Booth, 2005, p.263).

²⁸ Especialmente das discussões de Horkheimer, Adorno e Habermas sobre a construção das relações de dominação na modernidade e o papel dos intelectuais na desconstrução da racionalidade instrumental que cristaliza mecanismos sociais opressivos. Booth também destaca outras influências nos estudos críticos de segurança, especialmente estudos gramscianos e marxistas (Booth, 2005, p.261).

compõem o espaço social que representa o Estado, em sua dimensão negativa (ausência de constrangimentos físicos) e positiva (acesso a meios simbólicos, estruturais e materiais de realização da sua potencialidade humana):

Suffice it to note that the vision of social arrangements that are governed by publicity, dialogue, and consent requires an emancipatory politics with the following three ambitions: first, the development of social arrangements that do not rest on morally irrelevant or problematical differences between individuals (including differences of ethnicity, class, religion, gender, and race and the distinction between citizens and aliens); second, the transformation of societies that so that they are more respectful of the cultural differences between human beings; and third, the reduction of material inequalities that mean the underprivileged are barred from effective participation in effective participation in public affairs notwithstanding the juridical truth that they possess the same legal and political rights and entitlements as the more privileged members of society. These are the ingredients of an emancipatory politics that is geared toward developing forms of political community that promote not only national but also human security (Linklater, 2005, p.120).

As idéias sintetizadas por Linklater acima representam os fundamentos do conceito de segurança humana. Tal conceito é desenvolvido pelos teóricos críticos na tarefa de problematizar o ideal de emancipação coletiva pelo fortalecimento do aparato militar e político do Estado: “statism, as defended in subaltern realism, masquerades as a strategy that can provide security for all, but the reality is that the monopolization and concentration of state power often comprise the principal threats to various subaltern groups... (Linklater, 2005, p.123). Todavia, a concepção de segurança humana também ecoa nas práticas de segurança internacional no pós Guerra Fria, especialmente a partir do relatório do PNUD (Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento), de 1994. O documento apresentando pelo órgão da ONU defende uma ruptura com o paradigma de segurança dominante durante a Guerra Fria. Segundo o PNUD, o fundamento da segurança deve ser a dignidade e vida humana e não a militarização do Estado (Smith, 2005, p.52). Essa concepção associa dois conceitos, convencionalmente entendidos como independentes: segurança e desenvolvimento (Duffield & Walddell, 2004, p.2). Dessa forma, defende uma visão de segurança que vá além da proteção militar, trazendo para o centro das políticas a satisfação das necessidades humanas (definidas em termos materiais, sociais, políticos e culturais), tais como liberdade, não discriminação, alimentação, habitação, participação política, saúde, educação, sustentabilidade ambiental e não agressão física e moral (Smith, 2005, p.52). Um olhar a partir

da segurança humana não pressupõe dizer que o Estado não tem nenhum papel a desempenhar, pois sua atuação na realização da dignidade humana é fundamental. Todavia, ao mesmo tempo, significa abrir espaço para que sejam problematizadas as ideologias que sustentam o poder político, bem como para visibilizar as respostas alternativas à violência que emanam de espaços ignorados pelo *mainstream* de segurança internacional (Moura, 2005, p.41).

Incontestavelmente os estudos críticos, e a perspectiva de segurança humana mais especificamente, oferecem um sofisticado e politicamente engajado caminho de ruptura com o excludente, etnocêntrico e violento processo de militarização, que domina as práticas e os discursos de segurança internacional. A centralidade da pessoa humana, em sua dimensão individual, social e política, é contestadora e transformadora das estruturas de insegurança econômica, política e social que vivenciam as pessoas em diversos espaços (Enloe, 2007, p.43). Um exemplo da importância dessa perspectiva na vida das pessoas afetadas pela violência é o trabalho do PNUD na Colômbia, em especial o relatório “Callejón con Salida”, de 2003²⁹. Todavia, a perspectiva de segurança humana, a nosso ver, embora não exclua a dimensão simbólica da construção da violência, pouco problematiza os mitos, narrativas e símbolos que constituem a identidade política dos sujeitos de segurança. Uma das dificuldades de realizar esse movimento mais profundo está justamente na proposta universalista da perspectiva que, embora defina a categoria “humano” como um espaço aberto de negociação de diferentes pessoas e grupos, institui um caminho na direção da emancipação construído a partir de valores e experiências específicas (Krause & Williams, 1997, p.46). Os grupos marginalizados dos estudos e práticas de segurança, dentre os quais as mulheres, aprenderam a desconfiar de promessas emancipatórias, especialmente quando estas partem de categorias universais e abstratas, desconsiderando as desigualdades de poder historicamente construídas e sedimentadas nas relações sociais. “A problem with human security, however, is that the poor cannot

²⁹ Relatório Nacional de Desenvolvimento Humano para a Colômbia, do ano de 2003, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento. Partindo do conceito de segurança humana, o trabalho analisa o conflito armado colombiano desde uma concepção histórica, indicando possibilidades contemporâneas de superação da violência construídas a partir da ação de colombianos.

always be trusted to make the right decisions and keep clear of dubious leaders peddling the disastrous short cut of conflict” (Duffield & Waddell, 2004, p.15)

O sujeito de segurança é sempre múltiplo e relacional, não havendo como separá-lo dos diversos espaços de poder que se sobrepõem à sua materialização (Butler, 1995, p. 53). Para o pós-modernismo, todo conhecimento é um discurso de poder, que reflete valores e experiências específicas, marginalizando concepções alternativas do “real”, do “bom”, do “desejável” e do “justo”. Ou seja, qualquer discurso de emancipação política, centrado no ideal de libertação pela autonomia reflexiva do sujeito oprimido, é constituído através de uma estratégia de redução da complexidade política a uma única “verdade” contingente. Nas palavras de Butler, “there is no ontologically intact reflexivity to the subject which is then placed within a cultural context” (Butler, 1995, p.46). Portanto, discordamos de Booth, que afirma serem os pós-modernos e pós-estruturalistas “negativistas e fatalistas” devido a seu ceticismo quanto a propostas universais de segurança (Booth, 2005 p.270). Não se trata, como coloca Booth, de celebrar a insegurança, mas de problematizar mitos que historicamente legitimaram o exercício do poder de alguns poucos “iluminados” sobre muitos em nome da proteção de todos. Dessa forma, melhor do que criar novas fronteiras (entre civilizados/bárbaros, entre seguros/vulneráveis, entre humanos/miseráveis, entre autônomos/oprimidos), é pensar e agir sobre os pontos de contato entre esses lugares pré-definidos, refletindo sobre as contradições presentes em cada espaço político que se ocupa e que se pretende ocupar. Isso não significa não se preocupar com problemas concretos de pessoas reais que enfrentam condições de violência, pobreza e opressão, mas principalmente refletir constantemente sobre os perigos de reconstruir fronteiras rígidas entre o *self* e o “outro”.

O projeto de ampliação do conceito de segurança internacional, embora permita que novas vozes sejam incorporadas aos estudos de segurança, não é neutro. Ele é fundador de novas relações de poder, bem como reproduzidor de silêncios sobre as construções simbólicas que legitimam a reprodução da violência internacional e a constituição da segurança internacional, dentre as quais as relações de gênero. “Military, defense, and security related institutions have historically been ‘owned’ by men and occupied by men’s bodies. This has influenced these institutions, agendas, politics, and policies” (Kronsell, 2006,

p.111). Dessa forma, um exercício crítico fundamental no sentido de transformar as relações violentas e os mecanismos de segurança internacional é problematizar as construções de gênero nas relações internacionais, em especial nos discursos e práticas de segurança internacional.

O questionamento da neutralidade do Estado como referencial de segurança a partir de um olhar de gênero é coerente com muitas questões levantadas pelos estudos críticos de segurança, em especial pelo conceito de segurança humana. De acordo com Zeitlin & Mpoumou (2004), é mais fácil dialogar, a partir de um olhar de gênero, com a perspectiva de segurança humana, com foco no indivíduo, do que com o conceito de segurança nacional, centrado no Estado. Todavia, os estudos de gênero problematizam a construção de sujeitos abstratos de segurança, que mascaram a identificação do universal com as experiências masculinas. A substituição da universalidade do Estado pela universalidade do indivíduo não significa um movimento de automática inclusão das experiências femininas nas políticas de segurança internacional (Robinson, 2003, p.163).

A people-centered human security approach is in fact not a gender-neutral approach. This approach is usually biased to women as it assumes men's experiences as the norm. Thus, given the absence of an explicit discussion of gender inequalities, the assumption that a people-centered approach automatically includes a gender perspective rings empty. However, it is much easier to raise issues of gender equality and women's empowerment if the discussion focuses on people rather than the state. It is difficult to ask, 'Where are the women?' if the emphasis is placed on the states (Zeitlin & Mpoumou, 2004, p.3).

O conceito de segurança humana, assim, assume uma universalidade independente das idéias sobre masculinidade e feminilidade, constitutivas dos significados e práticas de segurança internacional. A universalização de princípios culturais específicos (experiências da masculinidade hegemônica) é uma prática que reproduz a violência, pois limita a expressão política à “defesa de uma verdade”. Tal “verdade”, no discurso universal, é sempre instável e ameaçada pela “verdade” do outro. Dessa forma, é preciso contestar de forma permanente os padrões de universalidade estabelecidos como uma estratégia no caminho da construção de um conceito de segurança internacional dinâmico, inclusivo, intersubjetivo, que escape de noções essencialistas, reducionistas e rígidas (Rao, 1995, p.173). Portanto, não basta ampliar o conceito de segurança de modo a enxergar para além do estado, mas é preciso incluir de fato

as diversas experiências concretas marginalizadas pelas rígidas fronteiras das concepções de “realidade internacional”.

Isso não significa desmerecer a contribuição dos estudos críticos no questionamento do paradigma de “segurança nacional”, que constitui uma expressão da associação entre masculinidade e segurança. A construção de um caminho alternativo, centrado nos grupos marginalizados, ajuda a romper com a invisibilidade sobre as inseguranças que não alcançam serem definidas como ameaças à segurança nacional. Contudo, esse caminho não pode ser visto como o destino final, mantendo-se sempre aberto à contestação. Um dos desvios importantes na compreensão dos fundamentos de constituição do poder político e do pensamento de segurança internacional são os estudos de gênero. A desconstrução dos silêncios em relação aos papéis de gênero oferece possibilidades de compreensão da segurança internacional para além da cíclica repetição da história.

2.3. Os estudos de gênero sobre segurança internacional e o lugar das mulheres na “nova ordem internacional”:

Mesmo a partir dos debates pós-positivistas, o diálogo entre estudos de gênero e relações internacionais ainda é difícil porque a relação entre masculino e feminino é lida como lúdica, marginal e pouco científica (Tickner, 2001, p.128). Essa dificuldade reflete a rigidez das fronteiras disciplinares que, embora problematizadas nos estudos pós-positivistas, continuam a moldar os limites para pensar o que é internacionalmente relevante. Especialmente as análises feministas que partem das experiências locais são vistas como suspeitas, em uma disciplina ainda predominantemente universalista e estruturalista (Tickner, 2001, p.132). Ou seja, as questões colocadas pelas mulheres que agem no nível local, analisadas e interpretadas como conhecimento situado sobre a constituição da violência internacional, são tomadas como insignificantes a partir do que é definido como realidade internacional. Entender a constituição dessa rejeição à incorporação do feminino nas relações internacionais contribui para questionar as fronteiras que definem quem são os sujeitos autorizados a pensar e a agir na segurança internacional. Para tal, gostaríamos de apresentar algumas idéias sobre segurança internacional desenvolvidas por estudiosas das relações de gênero para situar o nosso estudo sobre as experiências das mulheres no espaço político colombiano.

Os estudos de gênero na segurança internacional problematizam a objetividade e a neutralidade do cenário realista, somando esforços aos estudos críticos de segurança³⁰. A distinção entre os diferentes níveis de análise sustenta a universalização das experiências de alguns atores (Estados soberanos maximizadores de poder militar e econômico) de sujeitos alijados da relação de poder descrita pelos realistas (Tickner, 1992, p.52). Os estudos de gênero questionam esses limites conceituais e práticos, reclamando uma perspectiva de segurança que se construa como um contínuo de idéias que interagem desde as relações micro-sociais (como a família) até as relações macro-sociais (entre instituições internacionais, por exemplo). Ou seja, não há níveis independentes de compreensão da violência quando o foco está nos fundamentos de reprodução desta nas diferentes formas de relação estabelecidas entre agentes sociais em nome da segurança. “Feminist perspectives on security would assume that violence, whether it be in the international, national or family realm, is interconnected” (Tickner, 1992, p.58).

A proposta de ampliação dos estudos críticos em segurança internacional é um movimento imprescindível para a visibilização das formas de violência contra as mulheres mascaradas pelo discurso tradicional de segurança (Enloe, 2007, p.43). Nesse contexto, as mulheres ganham visibilidade como sujeitos vulneráveis a estruturas de violência³¹, até então não incluídas nas análises de segurança internacional. Da mesma forma, as mulheres são reconhecidas como sujeitas de segurança, sendo-lhes concedido algum espaço, ainda que marginal, para pensar e agir no campo de segurança internacional (Steans, 2006, p.108). Desse modo, podemos dizer que, a partir da reformulação da agenda de segurança internacional do pós Guerra Fria e da consolidação dos estudos críticos de segurança, as mulheres (enquanto agência política com

³⁰ Autores como Ken Booth e Steve Smith reconhecem as contribuições do feminismo e dos estudos de gênero para os estudos críticos em segurança.

³¹ Importantes documentos internacionais são aprovados na ONU e ratificados pela maioria dos Estados membros em favor do reconhecimento dos impactos específicos da guerra e dos conflitos armados na vida das mulheres. Destaque para o Plano de Ação da Conferência de Viena (1993) sobre direitos humanos (que reconheceu a especificidade dos direitos humanos das mulheres), a Plataforma de Ação da Conferência de Beijing (1995) (que incorpora toda uma seção destinada aos compromissos dos governos na proteção das mulheres em contextos de conflito armado e na garantia de mecanismos de vida sem violência para as mulheres) e a Resolução 1325/2000, do Conselho de Segurança da ONU (sobre o impacto da guerra na vida das mulheres, as contribuições das mulheres para a resolução de conflitos e para a construção da paz sustentável).

interesses e necessidades específicas) são incluídas na segurança internacional (Enloe, 2007, p.47). Isso significa um passo fundamental de ruptura com uma tradição de invisibilidade e de utilização do corpo feminino como fundamento e instrumento de segurança. O status de vítima, embora seja uma posição perigosa para as mulheres (como discutiremos mais adiante nesse trabalho), é um importante movimento no caminho de questionar e problematizar a hierarquia entre as vidas humanas que os discursos e práticas de segurança internacional reproduzem (Cockburn, 2007, p.13). A vida e a dignidade das mulheres³² historicamente foram percebidas como valores subalternos aos valores masculinos. Assim, mostrar como as mulheres são afetadas pela violência e pelas políticas de segurança significa chamar atenção para o fato de que o modelo estadocêntrico e militarizado de segurança (que discursivamente inclui as mulheres como um dos fundamentos de suas práticas) não alcança proteger as mulheres dos efeitos da violência armada. Para nós, essa tarefa é fundamental no caminho de consolidar a relevância das mulheres para a política internacional.

Todavia, é imprescindível que esse caminho se construa a partir do reconhecimento da agência das mulheres na produção de conhecimento e na formulação de políticas para lidar com os símbolos e estruturas de reprodução da violência a que estão expostas. A inclusão das mulheres na política internacional não é uma concessão das instituições internacionais e dos acadêmicos de relações internacionais (embora reconheçamos que o contexto de reformulação do conhecimento e das práticas internacionais tenha se constituído em uma oportunidade para que a aproximação ocorresse). Essa inclusão é um processo dinâmico e inconcluso de questionamento das identidades de gênero na constituição da política moderna iniciado por diferentes gerações de acadêmicas e ativistas feministas que não se calaram diante da violência, da indiferença, do deboche, das humilhações e das representações de menosprezo que caracterizam a percepção dominante sobre a relação entre feminismo e política. Portanto, as mulheres que hoje são apresentadas como vítimas de uma cultura global de violência, que integram grupos de estudo de gênero nos espaços de produção de conhecimento sobre política internacional e que são

³² E também de grupos racial, étnica, cultural e geograficamente distintos do padrão masculino, branco e ocidental que define os corpos humanos que devem ser prioritariamente protegidos.

convidadas a participar de fóruns internacionais e de mesas de discussão não devem esquecer onde se encontram e o que as levou até ali. Discutiremos mais essa questão por ocasião do estudo de caso, mas por agora gostaríamos de destacar que uma reflexão constante sobre as implicações da inclusão das mulheres (que não negamos ser um avanço na forma como as mulheres e suas experiências são tratadas na política internacional) na segurança internacional é necessária. Perguntar constantemente os porquês dessa mudança e, além disso, se essa mudança contribui de fato para a transformação das relações de poder que historicamente constituíram a violência e a exclusão das mulheres é um exercício de resistência às estratégias de assimilação política das experiências das mulheres:

In recent years, particularly since the end of the Cold War, which brought with it the termination of the great power rivalry between the United States and its allies on the one hand and the Soviet Union and its allies on the other (with many other less powerful countries left to carve out precarious spaces somewhere in the volatile middle between the behemoths), there has been a flood of fresh thinking about security. (...). This post-Cold War era was taking shape in the 1990s at the very same time that feminist scholarship investigating the complex workings of international affairs was beginning to make itself felt inside academia and international agencies. This development was the product of years of researching, teaching, and organizing. The reason that women are now considered important actors in measuring and pursuing alternative forms of less militarized 'security' is that this feminist work had been done (Enloe, 2007, p.42-43).

2.4. O mito da proteção e a constituição do espaço político moderno:

A associação do masculino com a guerra não é um fato natural, mas uma relação de poder construída pela dicotomia protetores (agentes políticos militarizados) e protegidas (vítimas passivas). A constituição do espaço político moderno se dá a partir de estereótipos de gênero, que exaltam a imagem de heróis lutando pela autodeterminação da nação, ameaçada pela tentativa de usurpação do inimigo militarizado (Tickner, 1992, p.34). Nesse contexto, a guerra se torna um elemento central de definição e realização da identidade política. Para entender como essas construções se realizam nos discursos e práticas de segurança, o estudo de Jean Bethke Elshtain, em *Women and War*, é uma contribuição fundamental. De acordo com a autora, a relação entre guerra e política deve ser compreendida a partir de duas imagens que moldam nossas

percepções sobre o mundo: “Guerreiros Justos” e “Almas Belas”³³ (Elshtain, 1987, p.4). Essas imagens sintetizam papéis de gênero consolidados no discurso político internacional, que identificam o masculino³⁴ com o uso da violência legítima e o feminino³⁵ com a paz e a compaixão:

Thus, in time of war, real men and women – locked in a dense symbiosis, perceived as beings who have complementary needs and exemplify gender-specific virtues – take on, in cultural memory and narrative, the personas of Just Warriors and Beautiful Souls. Man construed as violent, whether eagerly and inevitably or reluctantly and tragically; woman as nonviolent, offering succor and compassion: these tropes on the social identities of men and women, past and present, do not denote what men and women really are in time of war, but function instead to re-create and secure women’s location as noncombatants and men’s as warriors (Elshtain, 1987, p.4).

O estudo de Elshtain problematiza as concepções dominantes de masculino (guerreiro) e feminino (vítima), que justificam a compreensão da guerra como uma realidade política inescapável. A identidade feminina de vítima passiva da guerra e a identidade masculina de guerreiro destemido são mutuamente constitutivas da inevitabilidade do conflito violento na política internacional (Elshtain, 1987, p.5). A inocência, a fragilidade e a vulnerabilidade das mulheres são características construídas para justificar a necessidade de homens agressivos, corajosos e fortes (Elshtain, 1987, p.5). Ou seja, a necessidade das mulheres de serem protegidas sustenta a obrigação dos homens de irem à guerra (Elshtain, 1987, p.7). Essa relação assume uma inerente relação de superioridade do masculino sobre o feminino, construída a partir da analogia entre a supremacia do corpo masculino e a supremacia do corpo político armado. Todavia, a legitimidade da identidade protetora advém não apenas dos seus atributos físicos superiores, mas da premissa de que os mais fortes também são os mais racionais, sensatos e intelectualmente capazes para determinar os limites da realização dos protegidos. O binômio protetores/protegidas, assim, localiza a agência política no protetor masculino, negando pensamento e ação política às identidades subalternas identificadas com o feminino. Ou seja, localiza o poder naturalmente no masculino, negando

³³ Tradução livre de *Just Warriors e Beautiful Souls*.

³⁴ Os homens, mas também as instituições que foram historicamente construídas por valores associados ao masculino, como o Estado e o militar.

³⁵ As mulheres, mas também as práticas e instituições identificadas com o feminino, como a nação e a família.

qualquer possibilidade de agência ao feminino, desprovido dos atributos físicos e materiais constitutivos do poder:

An allegedly ‘natural’ protector is the person who has not just the physical strength or the collective physical resources to wield definitive power but who – allegedly- is most capable of thinking in a certain way: more ‘strategically’, more ‘rationally’. The protectors are those who can see beyond the minutiae of daily life – those who have the ability to see the Big Picture. In any patriarchal society, the protectors are deemed to be the natural controllers of the protected not merely because they are stronger than the protected but because they are (allegedly) smarter. (...). For the protectors to wield this public superiority, there must be a certain constructed ‘protected’. The protected is the person who is not at ease at the public sphere. The protected natural habitat is the domestic sphere – that is, the sphere of life where caring matters more than strategizing. Consequently, the protected is feminized insofar as the protected needs somebody who can think strategically and act in her (protected’s) best interests (Enloe, 2007, p. 60-61).

Para Elshtain, essa relação entre protetores e protegidas é consolidada no discurso político moderno a partir da distinção entre uma virtude privada, baseada no cuidado materno, e uma virtude pública, centrada na autonomia pela luta armada (1987, p.71). Em nenhum momento essa hierarquia entre os interesses públicos (masculinos) e privados (femininos) é tão acentuada quanto no momento definido como guerra, quando a sobrevivência do protetor e a realização de seu dever moral de proteção se encontram ameaçadas no discurso de defesa nacional por um “outro” masculino, inerentemente violador da identidade soberana do *self*. O sacrifício público é o fundamento ético de produção e reprodução do Estado-Nação, pelo qual as posições sociais são legitimamente definidas e mantidas. Esse sacrifício é gerador de uma solidariedade contingente entre protetores e protegidas³⁶, constitutiva da

³⁶ Não é acidental a recorrente aliança entre os setores marginalizados de uma sociedade e a elite dirigente durante períodos de guerra e conflito, a partir do objetivo comum de contenção do inimigo externo, ameaçador da sobrevivência de todos e subversivo do contrato social de proteção. As idéias dos que se assumem como legítimos protetores necessitam dos corpos protegidos. Embora no discurso elitista essas pessoas sejam vistas como física e intelectualmente inferiores, a guerra permite incluí-las no projeto nacional. Em momentos de exceção e necessidade, cada um é melhor do que normalmente pode ser. Ou seja, corpos e mentes fracos podem se tornar soldados valentes e espíritos nobres. Esse discurso não apenas permite às elites retomarem suas posições privilegiadas de protetores e idealizadores da nação quando termina a guerra, mas reforça a superveniência dos grupos marginalizados ao projeto nacional universalista. Muitos autores, inclusive algumas feministas, estudam as oportunidades de subversão dos papéis sociais geradas pelos contextos de guerra. Apesar de alguns avanços dados pela experiência dos grupos marginalizados em lugares até então vedados a eles, o contexto geral remete a um restabelecimento dos lugares sociais anteriormente estabelecidos e a renovação do contrato tácito de proteção entre Estado e Nação.

memória social que renova ciclicamente a lealdade entre alguns poucos que exercem o poder político e muitos marginalizados em suas experiências.

War-constituted solidarity is immanent within the state form. But the state, hence the nation, comes fully to life only with war. Peace poses the specific danger of sanctioning the view that the atomized world of civil society is absolute. In war, however, the state as a collective being is tested, and the citizen comes to recognize the state as the source of all rights. Just as the individual emerges to self-conscious identity only through a struggle, so each state must struggle to attain recognition. The state's proclamation of its sovereignty is not enough: that sovereignty must be recognized. War is the means to attain recognition, to pass, in a sense, the definitive test of political manhood (Elshtain, 1987, p.74/75).

O mito da proteção depende da criação de territórios físicos e simbólicos construídos a partir da universalização das experiências de alguns em nome de todos. Esses territórios delimitam as fronteiras entre os masculinos protetores (aqueles com quem as identidades protegidas se identificam física, cultural, ideológica, religiosa ou geograficamente) e os masculinos violadores (aqueles que estão além das fronteiras discursivas e físicas do *self*), constante e inerente ameaça que justifica a instrumentalização da violência pelos protetores. Durante a guerra e no discurso de iminência dela, o papel masculino daqueles que tiram a vida por uma causa justa é constituído pelo papel feminino daquelas que dão a vida à nação³⁷ (Elshtain, 1987, p.165). A representação do masculino protetor se localiza nos corpos combatentes (por excelência, homens) e do feminino protegido nos corpos reprodutores (por essência, mulheres). Dessa forma, o masculino que cria o discurso e a prática da guerra e o feminino que se submete são mutuamente constitutivos.

A longa tradição que identifica o feminino com a não violência e o masculino com o heroísmo bélico sustenta a posição das mulheres como não combatentes (Elshtain, 1987, p.183). As poucas mulheres³⁸ que subvertem o

³⁷ Aproximação dos conceitos de “life takers” e “life givers” discutidos pela autora.

³⁸ O número de mulheres em exércitos nacionais e grupos armados tem crescido. As mulheres combatentes têm sido objeto de discussão na literatura feminista. Para algumas analistas, ainda que a identidade de combatente tenha sido historicamente construída a partir de valores masculinos, a presença das mulheres nas frentes armadas por si só já é contestadora dos estereótipos de inferioridade feminina; especialmente quando estas confrontam as idéias de passividade, alienação política e fragilidade pela submissão de seus corpos à luta armada. Para outras feministas, contudo, a inclusão das mulheres nos grupos armados reproduz as fronteiras entre combatentes e não combatentes constitutivas do discurso da guerra. Portanto, as mulheres combatentes devem reforçar a inevitabilidade da guerra como prática e discurso de realização política.

papel de vítimas, chamadas de “mulheres ferozes”³⁹ por Elshtain, não assumem a identidade de “guerreiras justas”. A associação do feminino com as “almas belas” justifica a privilegiada visibilidade das mulheres como vítimas no espaço público. Quando o movimento feminista alcança o espaço público para protestar contra a domesticação das mulheres e contra as violências silenciadas pelo discurso político moderno, sua legitimidade advém da capacidade de construir as mulheres como seres indefesos e vulneráveis diante da opressão masculina. Embora reconheçamos o mérito de tornar visíveis as violências contra as mulheres⁴⁰, entendemos que a posição de vítima é perigosa. A “mulher vítima” é o lugar comum das mulheres; o espaço onde se reproduzem mitos essenciais de sensibilidade, bondade, inocência e ignorância, que justificam a incapacidade das mulheres para compreender assuntos sérios como a política. Definir o lugar das mulheres como “almas belas” é também marcar a posição dos homens, do Estado ou do próprio movimento de mulheres como “guerreiros justos”, como legítimos protetores daquelas que dependem da coragem e da força do “outro” para se emanciparem. É sedimentar o “outro” masculino como a antítese do feminino e professar um irreconciliável caminho entre vítimas (femininas) e algozes (masculinos). É o contexto de guerra entre “almas belas” e “guerreiros justos” reproduzido por alguns setores mais radicais do movimento de mulheres em nome das inocentes e indefesas mulheres-vítimas:

In a variant on this theme, the male world is catalogued as a compendium of crimes against women, and men are apotheosized as the evil Other whose epitomizing act is to kill. With its symmetrical epitomizing act – to give birth – feminine nature comes to the rescue of the human race. (...) The rhetoric of war dominates; but, ultimately, the victims will vanquish their oppressors. The triumph of the Beautiful Soul is anticipated in this alternative scenario. Rather than a stalemate in the sex war with men and women armed and *en garde*, fragments of Beautiful Soul imagery, in the strongest versions, foresee the triumph of the female principle, eventually stopping all the evils traceable to masculinism (males are not Just Warriors but dangerous beasts in this narrative of binary opposites): environmental destruction, nuclear energy, wars, militarism, states (Elshtain, 1987, p.238).

O outro lado da moeda representa para algumas mulheres a possibilidade de subverter o papel de vítimas e tornarem-se combatentes. O

³⁹ Terroristas, guerrilheiras, militares, revolucionárias.

⁴⁰ Não queremos aqui dizer que as mulheres não sejam vítimas da violência política, mas que essa posição não pode ser entendida como o destino político do movimento de mulheres, sob pena de reforçar estereótipos que condicionam a existência segura das mulheres à força masculina.

corpo feminino, nesse contexto, deixa de ser o lugar da vulnerabilidade e da fragilidade para se constituir no espaço de realização da identidade política militarizada. Aqui nos referimos a mulheres que desempenham papéis de apoio (cuidado de tropas, logística, educação e administração, que constituem a maioria dos postos femininos nos grupos armados), mas principalmente àquelas que de fato se preparam física, psicológica e tecnicamente para o combate. Cada vez menos raras, as mulheres-soldado questionam o papel de desprotegidas e assumem a tarefa de se auto-realizar por seus próprios meios. Esse movimento, portanto, desestabiliza o argumento naturalista acerca da incapacidade das mulheres de serem agentes de proteção individual e coletiva. Para Kronsell (2006), a presença das mulheres nas instituições militares e grupos armados é potencialmente transformadora, pois torna visíveis os papéis de gênero, não percebidos se a ausência das mulheres é tomada como norma. As mulheres estão presentes, como minoria, dentro dos grupos armados e instituições militares e essa é uma posição politicamente relevante (Kronsell, 2006, p.119). Essas mulheres guerreiras não são corpos alheios de auto-reflexão, simples “homens disfarçados”, incapazes de desenvolverem consciência sobre suas próprias práticas (Kronsell, 2006, p.119). Enquanto agentes construtores de um conhecimento importante para a compreensão dos papéis de gênero que constituem o espaço político, tais mulheres revelam conflitos importantes que podem inaugurar novas possibilidades de pensar o masculino e o feminino:

Thus, within the military institution, the female soldier has to perform a balancing act. She has to be prepared for the physical challenge and the rougher masculine comradeship, while not being perceived as masculine. At the same time, and particularly through interviews, it has become clear that bodily strength, endurance, and physical achievement are necessary for a woman to fulfill her soldier image, a necessary feature of an acceptable ‘woman at arms’ identity, while at the same time her strength may not be over-exaggerated in its bodily or behavioral expression. An extreme in either direction leads to problems (Kronsell, 2006, p.125).

Para nós, as experiências das mulheres combatentes são uma importante fonte de questionamento dos valores constitutivos do militarismo. Portanto, trabalhos que integrem as percepções dessas mulheres, como o de Annica Kronsell, são importantes ferramentas de compreensão dos conflitos gerados pelo confronto simbólico entre construções hegemônicas e subalternas de masculinidade e feminilidade. Como discutiremos no nosso estudo sobre as mulheres combatentes na Colômbia, essas experiências têm sido marginalizadas

no discurso feminista contra a guerra por não caberem nos lugares visíveis das mulheres no conflito armado colombiano. Todavia, essa incorporação das mulheres às instituições militares deve ser problematizada. Entender a presença das mulheres implica em um anterior movimento de compreender como é constituído esse lugar que ocupam. Ou seja, as instituições militares e grupos armados não existem como opções políticas neutras⁴¹, que as mulheres voluntariamente assumem, mas significam a realização de construções simbólicas que hierarquizam os sujeitos sociais no discurso de segurança.

Para Elshtain (1987), o fato de algumas mulheres assumirem a identidade de combatentes não significa necessariamente um movimento de contestação da dicotomia protetores e protegidas. Tal “escolha” de tornar-se uma mulher-soldado pode ser um movimento de reconhecimento da vulnerabilidade da sociedade como um todo (pela incapacidade do Estado protetor realizar o seu ideal de proteção em relação aos que vivem no território de seu domínio) e da necessidade das mulheres de darem sua contribuição à proteção militar dessa sociedade. Ou seja, ao invés de questionar as fronteiras entre protetores e protegidas, as mulheres, nesse contexto, integram os grupos e instituições militares reproduzindo esses limites e marcando seu lugar nele. A feminização das instituições e grupos militares, assim, reflete a necessidade de adaptação do agente de segurança militar ao contexto de insegurança produzido pelo discurso da globalização da vulnerabilidade. Somos todos vulneráveis às ampliadas e não mais territorialmente delimitadas ameaças. Nesse contexto, em que a segurança se torna um direito de todos, a proteção é um dever dos (as) mais bravos (as). “So militarization can appear attractive. It can be personally rewarding materially and emotionally. It can seem to make sense and be practical and efficient. Militarization can seem to be a reasonable response to a threat-filled, unpredictable world” (Enloe, 2007, p.161).

⁴¹ Discutiremos um pouco mais adiante o conceito de poder reproduzido pela inclusão das mulheres nas instituições políticas, mas gostaríamos nesse momento de ressaltar que o ingresso das mulheres nas instituições militares é resultado de um processo histórico de contestação feminista das desigualdades estruturais entre homens e mulheres, que resulta em conquistas fundamentais em termos de igualdades de direitos e oportunidades. Ou seja, para que as mulheres de hoje pudessem considerar a opção de se juntar a um grupo armado ou a um exército, com todas as implicações que discutimos acima, algumas importantes barreiras estruturais (criadas a partir de uma visão naturalista do que representa ser homem e ser mulher) tiveram que ser rompidas.

Para além da reprodução da militarização como resposta aos conflitos políticos, as mulheres que integram as instituições militares e grupos armados, por ideologia ou por não perceberem melhores oportunidades econômicas e sociais⁴², criam novas fronteiras entre elas e as mulheres comuns. São simultaneamente percebidas como pouco femininas - fora das instituições militares - ou como femininas demais - dentro das organizações militares (Kronsell, 2006, p.124). Respondem ao chamado para protegerem a sociedade em que vivem e pagam o preço de permanecerem no limbo entre o papel que devem desempenhar para se tornarem soldados e a identidade que devem assumir para serem reconhecidas como mulheres. Essa confusão de papéis não é necessariamente um ponto negativo. Ela pode ser geradora de questionamentos importantes sobre o que significa ser mulher e ser homem. A imagem de mulheres empunhando armas e exercendo atos de violência mostra que o que os homens e as mulheres fazem resulta em grande medida da imaginação humana e das decisões políticas (Enloe, 2007, p.88). Todavia, a subversão dos valores que autorizam o uso da força em nome da proteção não é um efeito automático da presença das mulheres em grupos armados e instituições militares.

I cling to no naïve liberal shibboleth that women if drafted in large numbers will transform the military and war fighting. I know the military will transform women. Whether one seeks to be self-identified in this way should be an issue with which young men and young women alike grapple: first, on the grounds of simple justice; and, second, as one way to relocate male and female selves to provide for a freer play of individual and civic capacities, in the hope of breaking the warrior/victim symbiosis. Nor is this tentative conclusion the outgrowth of considerations derived from the abstract language of civic obligation; rather, it stems from a recognition that in the world we actually inhabit – rather than a dream world we would prefer – women will be drawn toward soldiering through conviction or circumstance. There seems little point in maintaining the pretense of combat exclusion for ‘their protection’. Nobody can be protected any longer in the old sense of being ‘immune to possible destruction’. But we have not yet found ways to talk about that recognition that might quicker rather than blunt civic democratic impulses (Elshtain, 1987, p. 244).

Esses pólos (vítimas e guerreiras), embora politicamente importantes para o questionamento de lugares fixos e de silêncios sobre mulheres e violência, reproduzem posições dicotômicas que sustentam o discurso da guerra.

⁴² Nesse ponto é fundamental destacar que a militarização das mulheres é também resultado, principalmente nos países do Sul, do processo de feminização da pobreza e de difícil acesso a oportunidades de educação profissional e superior, que torna o serviço militar uma oportunidade entre outras menos sedutoras de sobrevivência.

As críticas à militarização e à posição das mulheres permanecem presas a uma lógica binária de ‘guerreiros justos’ e “almas belas” que nos impede de pensar alternativas que vão além dos extremos belicista (o mundo dos combatentes) e pacifista (o mundo das vítimas) (Elshtain, 1987, p.226). A maioria das respostas feministas para guerra não rompem com a dicotomia guerra/paz. O dilema que se coloca para as mulheres é: lutar com eles ou lutar contra eles (Elshtain, 1987, p.231).

O discurso de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres nas instituições militares e grupos armados, tomando as relações de gênero que constituem o pensamento militarizado de segurança como dadas, reforça a associação entre política e violência, refletindo o ideal de “guerreiro justo” em alguns corpos femininos (Elshtain, 1987, p.243). O mesmo movimento é reproduzido pelo feminismo radical na sua declaração de guerra ao patriarcado. O propósito normativo de emancipação das mulheres, nesse discurso, passa necessariamente pela instrumentalização da violência contra o “outro”, masculino e opressor. No outro extremo da relação entre protetores e protegidas, está o movimento de mulheres pela paz. Tal expressão do feminismo assume que mulheres e militarismo são categorias opostas, já que os valores essencialmente feministas são não violentos (Elshtain, 1987, p.234). Dessa forma, Elshtain é céptica sobre as propostas das mulheres para lidar com assuntos de guerra e paz escaparem da lógica binária de protetores (representação agressiva de masculino) e protegidas (concepção vitimizada de feminino).

2.5. O mito do poder e a ampliação da segurança internacional:

Do mito da proteção, constitutivo das práticas e das idéias de segurança, decorre um conceito específico de poder, identificado pelas estudiosas de gênero nas relações internacionais com uma concepção hegemônica de masculinidade (Tickner, 2001; Hooper, 2001). Para essas autoras, a constituição do poder na política internacional é dependente de um conceito específico de masculinidade⁴³, que está na base da construção da

⁴³ Isso não significa dizer que esse padrão de masculinidade hegemônica não seja revisto a partir dos processos contestatórios que caracterizam a política moderna. Subalternos (masculinos e femininos) resistem à dominação e desenvolvem estratégias de contra-poder que lhes permitem

autoridade patriarcal do Estado moderno. As possibilidades de constituição do feminino e do masculino não são fixas e estáveis, mas constantemente questionadas e confrontadas por relações sociais diversas. Todavia, essa confusão de significados e de papéis é desestabilizadora de relações de dominação, que se estabelecem a partir da criação de fronteiras pelas quais a autoridade legítima se realiza. Dessa forma, as instituições sociais, de onde emanam o conhecimento e as regras que regem as interações humanas, se formam a partir do estabelecimento de limites claros entre sujeitos sociais portadores de diferentes experiências e potencialidades. O processo pelo qual esses limites são estabelecidos, difundidos e internalizados pelos sujeitos sociais recupera significados específicos e os generaliza através de discursos que definem as características do poder político e autoriza alguns poucos sujeitos identificados com essas características a exercerem a dominação cultural, estrutural e física sobre a maioria dos indivíduos e grupos sociais. Para nós, uma das dimensões⁴⁴ fundamentais de reprodução desse conceito específico de poder são as relações de gênero.

A dimensão de gênero do poder político se constitui a partir do privilégio dado a uma concepção específica de masculinidade, que torna subalternas outras expressões de masculinidade e qualquer concepção de feminilidade (Tickner, 2001, p.54). O processo de interpretação da diferença como ameaça se realiza a partir da valorização de certas características intelectuais, sexuais e raciais, concebidas como superiores a outras. Essa

conquistar espaços dentro das instituições sociais e desestabilizar verdades naturalizadas. É o caso do movimento de mulheres (questionador do processo de exclusão política das mulheres) e do movimento gay (contestador da construção da homossexualidade como desvio biológico e moral). Ao final do século XX, graças a esses movimentos, algumas mulheres já ocupavam postos de decisão política e alguns gays já se expressavam politicamente em praça pública. Todavia, para nós, essas expressões de contra-poder, embora fundamentais para a superação de violências legitimadas por uma visão excludente da diferença, se constroem em oposição ao lugar normal da política que continua a ser o espaço de homens, heterossexuais, brancos e de classe média. Portanto, desconstruir os mecanismos de reprodução dessa masculinidade continua a ser muito relevante na tarefa de pensar relações humanas menos violentas e excludentes.

⁴⁴ Indubitavelmente, os limites da política moderna operam em diferentes dimensões, dentre as quais destacamos, além da dimensão de gênero que aqui estudamos: classe, religião, ciência, raça e tradição. Não cremos que haja uma hierarquia entre essas dimensões, tendo em vista em que o poder político se constitui nas interseções entre esses múltiplos lugares. Todavia, ainda assim julgamos importante entender a dinâmica pela qual cada uma dessas dimensões se naturaliza e se cristaliza em idéias, valores e práticas que tomam um caminho específico como o único possível para a realização de todos. Ou seja, compreender como opera a legitimação da dominação de um *self* (hegemônico) particular sobre todos os “outros”.

hierarquia autoriza àqueles que se constroem como superiores a acumularem recursos de poder em nome dos assumidos como inferiores. Como discutimos anteriormente, a construção de fronteiras entre protetoras (aquelas identidades que exercem o poder político) e protegidas (aquelas identidades que se submetem ao poder político) justifica a violência a partir da narrativa de vulnerabilidade essencial dos inferiores, que somente podem sobreviver submetendo-se à autoridade dos superiores.

A diferença, elaborada no nível do discurso, é traduzida em corpos concretos, física e socialmente construídos, que são percebidos a partir de alguns traços distintivos que determinam até onde eles podem ir social e politicamente (sexo, cor da pele, lugar de nascimento, acesso ao conhecimento). Essa construção perpassa diferentes relações humanas - na família (quando aprendemos o que somos, onde estamos e o que podemos ser), na escola (quando ratificamos o nosso processo de socialização pela projeção das nossas idéias sobre nós mesmos na percepção dos outros), nos grupos culturais, esportivos e associativos (quando desenvolvemos uma identidade coletiva em competição com outras), nos movimentos políticos⁴⁵ (quando tomamos consciência de que o que somos tem implicação política e lutamos para ganhar uma fatia do bolo do poder político), no Estado (quando autorizamos alguém a governar por nós) e nas relações internacionais (quando assumimos que a nossa sobrevivência depende da manutenção da soberania do Estado). Em cada uma dessas relações, as identidades sociais vão sendo construídas em relação a uma concepção hegemônica e reificada de masculinidade⁴⁶. Historicamente, algumas características associadas ao poder se consolidam como condições para o reconhecimento da agência política dos indivíduos, dos grupos sociais, das nações e das relações internacionais.

⁴⁵ Aqui nos referimos a movimentos políticos em sentido amplo, incorporando partidos políticos, movimentos sociais, grupos insurgentes e ONGs.

⁴⁶ Como afirma Hooper, o uso da categoria masculinidade hegemônica serve a propósitos analíticos. Ou seja, permite construir um tipo ideal que contribua para a compreensão das estratégias de poder que se reproduzem historicamente nas relações humanas (Hooper, 2001, p.75). Isso não quer dizer que a masculinidade hegemônica deva ser tomada como um espaço monolítico de realização da identidade de qualquer homem, independente de suas experiências particulares (Hooper, 2001, p.75). Todavia, concordamos que perceber as relações internacionais através das estratégias de produção e reprodução da masculinidade hegemônica nos ajuda a refletir sobre questões ausentes e marginalizadas dos estudos políticos internacionais.

No discurso da guerra, ciclicamente retomado nas relações internacionais, destacam-se dois processos que identificamos com a masculinidade hegemônica: a militarização (auto-proteção pela submissão forçada do outro à vontade do *self*) e o racionalismo (maximização do auto-interesse definido em termos materiais). Esses processos são constitutivos da exclusão das mulheres do espaço político internacional, mas também da identidade dos homens que exercem o poder (Hooper, 2001, p.80). Ou seja, os estereótipos de força, agressividade e competição não constituem a essência masculina, mas são produzidos e reproduzidos por discursos de poder que negam diferentes possibilidades de agência política a corpos masculinos. Dessa forma, não são apenas as mulheres que não acedem ao poder, mas também os homens que não se conformam com a masculinidade hegemônica. Isso dito, o corpo tem implicações políticas. Ou seja, os significados atribuídos às características físicas de cada um e de um grupo social determinam a posição desse indivíduo ou desse grupo na sociedade. Ou seja, ser ou parecer uma mulher representa estar mais distante do exercício do poder.

O corpo feminino⁴⁷ incorpora mensagens sociais que limitam a agência política das mulheres e de todos cuja constituição física se aproxime do feminino. O pensamento político moderno é moldado por categorias binárias, localizadas em corpos reais e concretos (Butler, 1995, p.49). Nesse contexto, alguns corpos são definidos como lugares legítimos da violência, enquanto outros se constituem como o espaço de imaginação e realização da segurança (Cockburn, 2007, p.16). Nesse processo de separação do real em espaços incomunicáveis, o poder político é constituído como o espaço do masculino. Por conseguinte, o feminino torna-se sua antítese política. A partir da relação entre masculinidade e feminilidade, conforma-se não apenas a marginalização das mulheres na política internacional, mas de todos os sujeitos identificados com um conceito dominante de feminilidade, construído em oposição à masculinidade hegemônica. Se o masculino é forte e racional, o feminino é visto como inerentemente vulnerável e irracional:

Framed in its own set of binary distinctions, the discipline of international relations assumes similarly hierarchical relationships when it posits an anarchic world 'outside' to be defended against through the accumulation and rational use of power. In political discourse, this becomes translated into

⁴⁷ E também os corpos assumidos como racialmente inferiores.

stereotypical notions about those who inhabit the outside. Like women, foreigners are frequently portrayed as the ‘other’: nonwhites and tropical countries are often depicted as irrational, emotional, and unstable, characteristics that are also attributed to women. The construction of the discourse and the way in which we are taught to think about international politics closely parallel the way in which we are socialized into understanding gender differences (Tickner, 1992, p.9).

Para as feministas, apesar dos avanços formais na posição das mulheres na política internacional, um olhar atento para os lugares não visíveis reflete um processo de continuidade com a associação entre poder, militarização e racionalismo. Durante a Guerra Fria, tal associação é pouco problematizada. A legitimidade do poder político decorre da capacidade de convencer as pessoas dos perigos do mundo e da inevitabilidade de se proteger do inimigo, que é onipresente (Enloe, 1993, p.15). Embora o perigo seja uma estratégia comum a todas as pessoas, homens e mulheres são exigidos de forma diferente. No discurso de “segurança nacional”, as mulheres devem abster-se de qualquer discurso e prática política que não signifique o apoio incondicional ao esforço heróico dos homens na defesa da nação. Ou seja, as “questões femininas” não devem retirar o foco do mais importante e mais urgente que é defesa racional e militarizada da nação (Enloe, 2007, p.40). As relações de gênero, entre protetores e protegidas, reforçam o discurso da ameaça, mostrando como os discursos e práticas centrados em uma potencial guerra mundial merecem prioridade diante da agenda política das mulheres contra a discriminação e desigualdade.

To explore the complexities of masculinity in the history of the Cold War calls for more than curiosity about men. It requires curiosity about women as well. For masculinity is constructed out of ideas about femininity, its alleged opposite. Men in real life learn about and accept or resist their culture’s ideas about what is natural in male behavior by relying on (while still controlling) women, by fantasizing about women, and by working to separate themselves from women. Where are the women? This is a question that can reveal the major players in the creation and perpetuation of the Cold War to be more than merely idiosyncratic heroes or villains, more than just personifications of their bureaucratic posts. It is a question that reminds us that people on the podium or around the conference table are not women. It is a question that makes us see men as people who have been socialized – not always successfully – into particular gender assumptions and who have had bestowed on them distinct privileges, authorities, and limitations (Enloe, 1993, p.20).

O final da Guerra Fria, como já destacamos, trouxe entusiasmo e concretas novidades conceituais para lidar com a segurança internacional. O

paradigma da “segurança nacional” parecia não dar mais conta da “realidade” mutante. Vozes críticas reclamam a ampliação do conceito de segurança para além da dimensão militar. Dessa forma, questionam a identificação do poder político com o militarismo. Todavia, para os estudos de gênero essa mudança deve ser olhada com cepticismo. Para nós, um dos limites de desconstrução do militarismo na política internacional é o etnocentrismo da “nova segurança internacional”, reprodutora da inevitabilidade da violência pela criação de novas fronteiras entre masculinos e femininos. Ou seja, nas relações internacionais pós Guerra Fria há masculinos (militarizados e racionais) e femininos (menos militarizados e irracionais). Os primeiros são os chamados Estados nucleares e o núcleo duro da segurança internacional (os membros permanentes do Conselho de Segurança Internacional) que continuam a definir os rumos da política internacional em termos militaristas e racionalistas, por serem pretensamente mais fortes e mais racionais. Os segundos são os chamados “Estados problemas” ou “novas ameaças internacionais”, identificados com traços culturais assumidos como incivilizados, irracionais e inferiores, que devem ter sua militarização contida. Dessa forma, o discurso de contenção militar dos “Estados problemas” é uma forma de reforçar a militarização dos que se assumem como legítimos detentores do poder internacional. Essas relações não são alheias às construções de gênero associadas ao poder:

Or let's look at the more recent experiences of the international civilian weapons inspectors sent to Iraq by the United Nations in 2002. This was a highly masculinized team – that is, it was widely believed within the United Nations and the UN Security Council that only men had the sorts of attitudes and technical expertise appropriate to conduct this politically loaded international scientific weapons inspection. Nonetheless, despite its conformity to the conventions of masculinized international security affairs, the team, headed by Swedish diplomat Hans Blix, had its findings repeatedly challenged by the Bush administration in the months of tense UN debates leading up to the eventual U.S. preemptive military invasion of Iraq in March 2003 (...). The powerful strand of American political culture that values manly shows of overt strength over allegedly ‘softer’ or more feminized demonstrations of patient, careful negotiations had become even more dominant in the wake of the attacks of September 11, 2001. Thus, in various public settings, the Bush administration portrayed the civilian UN inspectors as somehow less trustworthy and less credible because they were following a course of action that was less committed to a demonstration of physical force. The drama of the months leading up to the U.S military invasion of Iraq was a contest between masculinities (Enloe, 2007, p.48;50).

Um segundo problema do discurso antimilitarista é que ele é reprodutor das fronteiras que separam os sujeitos sociais (Estados, grupos sociais e indivíduos) em militarizados e desmilitarizados. Ou seja, alguns espaços sociais são percebidos como legítimos lugares da violência (pela sua incapacidade de realizar alternativas mais racionais aos conflitos políticos), enquanto outros, construídos como mais evoluídos, dispensam a militarização. Essas fronteiras são geradas por uma concepção menos agressiva e mais democrática de masculinidade (Hooper, 2001, p.98). O militarismo aparece no discurso de alguns países do Norte (especialmente europeus), racionais e civilizados, como uma escolha ligada ao não desenvolvimento, à escassez de recursos e à falta de autoridade política. Essa masculinidade pretende se afirmar como hegemônica e se constrói em oposição à masculinidade militarizada irracional reconhecida nos países do Sul e em alguns países do Norte. O discurso de legitimação dessa masculinidade assume que o poder político deve ser privilégio de alguns poucos que, por sua superioridade moral e cultural, definem os rumos da política internacional. Nesse contexto, a premissa de que nem todos dispõem de atributos para se auto-defenderem, por serem bárbaros e irracionais, é revisitada. Ou seja, o mito da proteção se reconstrói, separando os poderosos dos subalternos e naturalizando a violência vivenciada em espaços como a Colômbia.

O projeto de ampliação da “realidade” de segurança internacional no pós Guerra Fria reflete essa tensão entre dois modelos de masculinidade hegemônica em competição. De acordo com Hooper, dois tipos ideais de masculinidade (a cidadã-guerreira e a burguesa-racional) constituem o discurso dominante nas relações internacionais (2001, p.97). Durante o período da Guerra Fria, os dois modelos convergem, consolidando a hegemonia incontestável do paradigma neo-realista, que utiliza as ferramentas racionalistas para defender a militarização. O institucionalismo neoliberal, a partir do compromisso com a explicação racional das possibilidades de cooperação internacional, é o interlocutor do neo-realismo. Nesse contexto, representa o antagonista cuja visibilidade serve para reforçar a “verdade” do protagonista da história. Desse modo, a posição do institucionalismo neoliberal não é a mesma dos estudos pós-positivistas, a quem não é concedido espaço para pensar as relações internacionais. A legitimidade do institucionalismo neoliberal na tarefa

de explicar a política internacional advém do seu compromisso com o racionalismo, ou seja, da reprodução de um componente fundamental da masculinidade hegemônica⁴⁸. A “nova” ordem internacional do pós Guerra Fria representa uma oportunidade para que os neoliberais e todo um plural corpo teórico crítico⁴⁹ da masculinidade militarizada exaltem a era da cooperação. Tal ordem internacional localiza o poder político em atores maximizadores do bem-estar global, da interdependência econômica e da redução da violência, a quem são legitimados instrumentos de controle social. Esse “novo” discurso sobre possibilidades mais “civilizadas” de ação internacional não problematiza as bases de constituição do poder político pela universalização da razão de uns em nome de todos.

The bourgeois-rationalist model of masculinity is less aggressive, more egalitarian and democratic. It idealizes competitive individualism, self-control or self-denial, combining respectability as breadwinner and head of household with calculative rationality in public life. In this model, superior intellect and personal integrity is valued over physical strength or bravery. The relationship between this model of masculinity, women and feminism is more subtle and complicated than in the case of the warrior-citizen or patriarch (Hooper, 2001, p.98).

Para nós, o discurso de ampliação da segurança internacional, portanto, é permeado por relações de poder, imaginadas na exaltação da masculinidade racionalista. A partir desta perspectiva, não surpreende a visibilidade da Colômbia nas relações internacionais pós Guerra Fria. A Colômbia é um espaço híbrido de competição entre os dois modelos dominantes de masculinidade. A principal ilustração desse processo é a política de “segurança democrática” do governo Álvaro Uribe Vélez. De um lado, essa política reforça a militarização como estratégia de segurança fundamental, a partir do apoio ideológico, logístico e financeiro dos EUA. A Colômbia, nesse contexto, é um dos principais espaços de apoio e realização da política anti-terrorista do pós 11 de setembro (centrada na submissão militar de todos que sejam vistos como ameaça aos interesses dos EUA). Por outro lado, a dimensão democrática da

⁴⁸ “In the 1980s, neorealism and neoliberal institutionalism converged around a core methodology of rational actors, game-theoretic models, and an increased interest in international political economy. Their principal disagreement was over the degree of cooperation or conflict inherent in the international relations, as modeled by a game theory, rather than the bigger issues that had divided earlier realists and liberals” (Hooper, 2001, p.105).

⁴⁹ Aqui nos referimos especificamente aos estudos que permanecem centrados em um compromisso com a explicação racional da realidade internacional, que constituem a maioria dos estudos produzidos sobre política internacional.

política uribista exalta o respeito às regras de pluralidade política e de maximização do interesse coletivo. As instituições “democráticas” da Colômbia, construídas à imagem e semelhança dos países do Norte, permitem o diálogo entre o governo colombiano e seus pares mais “civilizados e progressistas”. O reconhecimento entre os atores internacionais e o governo colombiano se dá na própria imagem do presidente. Trata-se de um homem cuja retórica inclui o discurso sobre os direitos humanos dos que apóiam as instituições políticas colombianas. Tal fato o torna uma figura contraditória e de difícil rejeição nos espaços internacionais dominantes. Ao mesmo tempo em que se consolida a figura pública do presidente como um homem racional e firme, denúncias sobre a ligação entre paramilitares (que representam a militarização bruta, cujo propósito político é apenas destruir fisicamente os que consideram inimigos) e governo revelam que o poder político continua a ser exercido em duas direções, interdependentes e mutuamente constitutivas.

Todas essas dimensões aqui apontadas da política colombiana serão melhor discutidas por ocasião do estudo de caso. Nesse ponto, nos parece importante ressaltar, pelo exemplo colombiano, os silêncios do discurso de ampliação da segurança internacional. Ou seja, tal discurso não é automaticamente questionador das relações de poder, constituídas a partir do militarismo e do racionalismo. Se os discursos internacionais se mostram questionadores da legitimidade da militarização como estratégia de realização política, a prática internacional continua a representar a violência como uma realidade inescapável da vida cotidiana. As experiências das mulheres colombianas pela paz, que discutiremos nessa tese, ilustram esse processo dual. Algumas categorias analíticas, construídas por grupos teóricos e ativistas marginalizados, são alçadas aos espaços internacionais de tomada de decisão e incluídas em documentos de segurança. É moda, por exemplo, falar em como os conflitos armados impactam a vida das mulheres, bem como do compromisso da “comunidade internacional” ⁵⁰ com a equidade de gênero. O Conselho de

⁵⁰ Não iremos aqui discutir esse conceito, muito contestado, por entendermos que essa discussão merecia um espaço que aqui não podemos dar. Portanto, tomamos o conceito aqui como ele é utilizado na política internacional contemporânea para designar um conjunto plural de atores (Estados, instituições internacionais, ONGs, fundações, acadêmicos) que percebem uma ética universal de atuação política, pela interdependência dos “problemas globais” e pela responsabilidade compartilhada por todos de ajuda mútua. Todavia, dentro do nosso argumento, gostaríamos de ressaltar que a representação do espaço internacional como uma comunidade é

Segurança da ONU, baluarte da masculinidade hegemônica militarizada e racionalista, aprovou uma Resolução em favor das mulheres. Como diz o dito popular, “quando a esmola é demais, o santo desconfia”. E a nosso ver, as organizações de mulheres devem mesmo desconfiar dessa “nova” ordem internacional inclusiva e igualitária, que não se opõe a presença das mulheres.

O papel das mulheres, historicamente excluídas dos espaços de tomada de decisão, foi representado como subalterno ao poder político masculino. Ou seja, as mulheres e todos aqueles identificados com características associadas à feminilidade dominante (vulnerável, passional e passiva) não tinham agência política para além da relação de legitimação e validação do mandato de seus protetores. Portanto, as lutas feministas do século XX, as discussões acadêmicas sobre as construções de gênero e as oportunidades políticas geradas pelo reconhecimento de direitos e garantias sociais às mulheres são fundamentais passos no sentido de desestabilizar a associação natural entre homens e poder político. A ausência dos corpos femininos nos espaços de tomada de decisão e no controle de recursos econômicos representa o poder como inerente e essencialmente masculino. Dessa forma, a presença das mulheres em espaços de poder, inclusive nos estudos de segurança internacional e nas mesas de negociação de assuntos de guerra e paz, é uma oportunidade para romper com silêncios sobre o lugar do militar nas relações humanas. As experiências das mulheres podem mostrar uma continuidade com o pensamento de militarização em espaços tomados como irrelevantes para as relações internacionais:

Militarization is a tricky process. It occurs both during those periods of intense militarization that we call ‘war’ and during the periods that we refer to as ‘peace’ – or as ‘prewar’ or ‘postwar’ or ‘interwar’. Militarization is occurring when any part of a society becomes controlled or dependent on the military or on military values. Virtually anything can be militarized. Toys, marriage, scientific research, university curricula, motherhood – each can be militarized. Fatherhood, AIDS, immigration, racism, fashion, journalism, and comic strips can be militarized. Even gay rights can be militarized. Each one of these processes involves the transformation of meanings and relationships. Rarely does the transformation happen without the use of public power and authority (Enloe, 1993, p.100).

Dessa forma, a autoridade das mulheres para falar em lugares tradicionalmente construídos como espaços de homens politiza o ser mulher e

uma forte expressão da globalização do poder político pela legitimação do poder de alguns, mais racionais e mais fortes, em nome de muitos, a quem a agência política para pensar seus problemas é negada.

inaugura novas possibilidades de construção da feminilidade. Todavia, essa aproximação das mulheres dos espaços de poder não pode ser entendida como o fim do caminho. Nesse sentido não basta chegar ao poder, mas é fundamental questionar que tipo de poder é esse e quais as práticas sociais que ele legitima. Em grande medida, a inclusão das mulheres na política internacional não problematiza a racionalidade da masculinidade hegemônica que constitui o poder político. As mulheres são convidadas a participar do jogo tal como ele foi historicamente jogado pelos homens. Por isso, os corpos femininos que alcançam posições de poder não ocasionalmente são aqueles, em sua maioria, que constroem sua identidade política em competição com homens e outras mulheres por visibilidade e recursos. Essas mulheres em espaços de poder devem provar que possuem os atributos assumidos como necessários para estarem nesses espaços: racionalidade instrumental, auto-controle e conhecimento dos procedimentos de tomada de decisão. Algumas dessas mulheres se dizem confortáveis em fazerem parte do mundo tal como ele é, afirmando que ser mulher não faz mais a diferença. Outras, organizadas, assumem representar, proteger e defender a maioria das mulheres que permanecem invisibilizadas e apolitizadas. Assim, a maioria das mulheres se torna objeto de discursos e práticas de algumas poucas mulheres que, por sua posição social e educacional privilegiada, penetram os meios do poder:

And institutions and organizations, like ideas, are riddled with presumptions about and practices of femininity and masculinity. For example, within a given organization, what sort of person is deemed rational enough to make the 'Big Decisions'? What sorts of labor are considered 'unskilled' and are thus low paid? What are the group's collective assumptions about the kinds of people who can be trusted to keep secrets? Who is turned to as the 'group's expert'? What sorts of people are thought to be 'emotional'? The answers to these questions will determine whose ideas about 'security' will hold sway as the organization goes about its day-to-day business. The answers to these questions also will determine which uses of violence are known to the public and which are kept secret (Enloe, 2007, p.162-163).

Dessa forma, a estratégia de fortalecimento político das mulheres deve ser problematizada. Embora o poder de se tornarem agentes da sociedade em que vivem seja fundamental para a transformação das desigualdades de gênero, o questionamento dos fundamentos de constituição do poder político é um passo imprescindível na construção de relações sociais menos excludentes e desiguais. A chegada das mulheres ao poder, portanto, deve estar comprometida com uma

reflexão constante sobre o lugar onde estão, a posição que ocupam e suas relações com quem está dentro e fora dos limites do poder. Ou seja, incluir mulheres, exclusivamente pela sua constituição biológica, não significa contribuir para a transformação das relações de gênero. É necessário usar a criatividade para pensar o poder não como um lugar ao qual as mulheres devem chegar, mas como um processo pelo qual diferentes vozes e experiências interagem na compreensão do complexo mundo em que vivemos.

Violência doméstica, violência urbana, guerra civil, conflitos regionais, conflitos étnicos, “novas guerras” e guerras mundiais são expressões de um mesmo processo de militarização, reprodutor de masculinidades, que classificam os sujeitos sociais a partir de sua identidade com um tipo específico de racionalidade e com a instrumentalização da força como forma privilegiada de resolução dos conflitos (Enloe, 1993, p.90). Homens que batem na esposa “desonesta”, meninos que se enfrentam em gangues de rua, guerrilheiros que matam para libertar, nacionalistas que se sacrificam pela ordem republicana, homens-bombas que matam pela cultura e soldados que combatem terroristas são distorcidas representações contemporâneas do herói militar, que revisitam cotidianamente a racionalidade política moderna, protetora dos interesses de uns em detrimento da vida de outros.

Dessa forma, enquanto as relações de gênero não forem levadas a sério nos estudos de segurança internacional e nas práticas para superar a violência em distintos espaços sociais, os discursos de desmilitarização do pós Guerra Fria correm o risco de retornar ao ponto de partida (Enloe, 1993, p.253). Ou seja, tais discursos podem, à revelia de suas nobres intenções, reforçar a idéia de que o mundo é um lugar inseguro para todos e que, portanto, a militarização da vida civil é uma saída inescapável. A desmilitarização da política internacional envolve não apenas o questionamento das decisões políticas que privilegiam a guerra, mas também o questionamento de atitudes cotidianas que promovem o desencontro e o desconhecimento do diferente:

Yes, the analytical order is getting taller and taller. But being realistic about today's globalizing militarization – how and why it happens, what its consequences are – is not a modest goal. Those who have come to the conclusion that demilitarization is an honorable and valuable objective will need to develop the same tracking skills. The pursuer of demilitarization will need to make sense of how militarization occurs in the lives of individuals

and families, in companies, in institutions, in nations, and across national borders. There are steps being taken toward demilitarization – by students who ask that the history of peace movements be taught in ordinary history or political science courses, by parents who rethink what it means for a son to ‘become a man’, by computer companies that decide to eschew defense contracts, by women’s groups that pressure foreign aid managers to redefine ‘security’, by activists and diplomats who help create new treaties and institutions to outlaw land mines, torture, child soldiers, ethnic cleansing, and wartime rape. Which steps are only temporary and soon undone? Which ones last? What are the implications of each of these steps for women? For men? Tracking militarization and fostering demilitarization will call for cooperative investigations, multiple skills, and the appreciation of diverse perspectives. Simultaneous attention to the personal, the local, the national, and the global can’t be done alone (Enloe, 2007, p.163-164).

Os estudos de gênero sobre a segurança internacional, assim, oferecem uma contribuição importante para a compreensão da violência política. Isso não significa dizer que tais estudos são melhores e mais adequados que outras ferramentas de compreensão das relações internacionais. Entretanto, as questões levantadas pela “curiosidade feminista” (como define Cynthia Enloe) são relevantes para entender as contradições dos discursos e das práticas de segurança contemporâneas. O questionamento das fronteiras entre sujeitos e espaços políticos, a problematização do ideal de emancipação e da razão moderna, a interação entre experiências concretas e identidades construídas, a ampliação do conceito de segurança internacional, a reestruturação das relações de poder, o processo de co-constituição entre teoria e prática política e o entendimento multidimensional da violência são algumas possibilidades de compreensão da política internacional oferecidas pelos estudos de gênero. Esse processo não esgota, mas complementa de forma original e sofisticada as ferramentas teóricas para pensar a segurança internacional.

Usamos aqui o termo genérico estudos de gênero⁵¹ para designar um conjunto de produções teóricas, que partem de fundamentos distintos, mas possuem preocupações comuns acerca do lugar das mulheres na política internacional. Há debates entre essas autoras sobre de onde partir, que caminho tomar e a que destino chegar. São contradições internas, ilustradas por alguns conflitos de difícil resolução: emancipar ou desconstruir? Juntar-se ao poder ou

⁵¹ A generalização das autoras feministas na categoria estudos de gênero, como argumentei na introdução, não pretende negar as diferenças entre as autoras cujos argumentos são aqui apresentados. Todavia, para nós, interessa alguns padrões de gênero identificados nesses estudos e reproduzidos em espaços sociais como a Colômbia. A dimensão de gênero da cultura da violência, para nós, se traduz nos mitos da proteção e do poder.

resistir a ele? Modernizar ou desmodernizar? A maior parte das contribuições contemporâneas do feminismo reflete um desconforto com tais contradições. Algumas perspectivas, especialmente aquelas centradas na necessidade de marcar o lugar das mulheres na teoria de relações internacionais, utilizam a estratégia de silenciar as diferenças e tensões internas, atacando o inimigo externo (patriarcado, realismo, guerra, relações internacionais, homem político, guerreiro justo, ciência moderna, militarismo ou capitalismo). Em geral, tais contribuições são bastante consistentes na sua crítica aos espaços de poder dominantes, mas instáveis quanto às possibilidades para pensar sua própria identidade como teoria e prática política para além desse poder. Algumas feministas, com as quais concordamos, dirão que essa instabilidade é mais um ponto positivo do que negativo para os estudos de gênero. É nesse processo instável, contraditório, simultaneamente questionador e reprodutor das práticas e pensamentos dominantes de segurança internacional, em que situamos nosso estudo sobre as organizações de mulheres pela paz na Colômbia. Entendemos o lugar das mulheres na política colombiana como plural e contestado. Há possibilidades de cooptação das contribuições feministas pelos pensamentos dominantes, harmonizando os interesses mais moderados à ordem política vigente. Por outro lado, há uma dinâmica política criativa e inovadora (gerada simultaneamente pela experiência de ruptura do silêncio e pela negação da submissão das mulheres à utilização de seus corpos como território de realização dos valores e desejos masculinos) que pode nos ajudar a refletir sobre alternativos caminhos para a superação da violência. Dessa forma, nos propomos a tomar esse caminho, sem pretender chegar a um lugar definido. No caminho de pensar os lugares das mulheres na política, deslocamos nosso foco para a memória histórica da Colômbia, identificando as idéias sobre masculinidade e feminilidade que constituíram a violência como dinâmica política privilegiada.